



ANA VOLPE

Nova Lei do Inquilinato vai a sanção nesta semana

Facilidade para retomada de imóveis em poder de inadimplentes aumenta a segurança jurídica nos contratos de locação, dizem os especialistas. Reflexo no mercado pode ser positivo, com ampliação da oferta e redução do preço.

páginas 6 e 7

Águas Claras, área residencial do DF: expectativa é que nova lei aumente a oferta de imóveis para locação



JANE DE ARAÚJO

Ministro da Educação, Fernando Haddad (E), participou de sessão de promulgação, ao lado dos presidentes do Senado e da Câmara

Congresso promulga emenda e educação ganha mais recursos

página 5

Acordo fixa em R\$ 12,5 milhões emenda individual de parlamentar

página 3

Tuma: PF deve investigar o apagão

Em carta ao ministro da Justiça, Tarso Genro, o senador Romeu Tuma pediu que a Polícia Federal (PF) investigue o blecaute que atingiu 18 estados na semana passada. A PF, segundo ele, conta com peritos capazes de determinar as causas. O líder do PSDB, Arthur Virgílio, também quer esclarecer o apagão e pediu a convocação de Dilma Rousseff e de Edison Lobão à Comissão de Infraestrutura.

página 12



Enquanto convidados do Império dançavam, comiam e bebiam no Baile da Ilha Fiscal, a República nascia no Rio de Janeiro. Apesar de preparados para o confronto, os revoltosos transformavam o Brasil em país republicano sem quase nenhuma violência. Suplemento do Jornal do Senado reconstitui o episódio, que faz 120 anos.

e mais...

ambiente legal	10
projetos aprovados	12
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15

Impresso Especial
5362005/DR/BSB
SENADO FEDERAL



cidadania

Tomadas e plugues com novo padrão

Os mais de dez modelos de plugues e tomadas existentes no Brasil serão, a partir de janeiro, padronizados em apenas dois tipos. A mudança não requer a troca de todas as tomadas das residências. Saiba, nesta edição, o que fazer.

página 16

agenda

Decisão sobre Venezuela deve sair esta semana

Líderes partidários adiaram votação da entrada do país vizinho no Mercosul após Hugo Chávez recomendar preparação para guerra com a Colômbia

O presidente do Senado, José Sarney, informou ao Plenário na terça-feira passada que os líderes partidários pediram para adiar para esta semana a votação do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul. A decisão dos líderes foi tomada depois que o presidente Hugo Chávez recomendou aos venezuelanos que se preparassem para a guerra com a Colômbia.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), sugeriu aos senadores que aproveitem o adiamento para meditar sobre a ameaça de guerra "do coronel Hugo Chávez, que assusta qualquer democrata, qualquer pacifista". O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, também se mostrou preocupado com as declarações

do presidente Hugo Chávez, lembrando as críticas que o venezuelano já fez aos senadores brasileiros.

Eduardo Suly (PT-SP), que pretende votar favoravelmente à entrada da Venezuela no Mercosul, também disse ter estranhado as declarações de Chávez e recomendou que ele abandone sua retórica de violência.

Marisa Serrano (PSDB-MS) questionou a entrada da Venezuela no Mercosul, após a conclamação do presidente Hugo Chávez, em razão de acordo militar feito entre os Estados



Azeredo (E) e Dornelles em reunião da CRE: senadores apontam postura violenta do presidente venezuelano

Unidos e a Colômbia. O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) afirmou que a Venezuela não atende hoje, sob o governo do presidente Hugo Chávez, o requisito de ser um país democrático, que é uma das condições para integrar o Mercosul. Para ele, o presidente venezuelano seria desagregador.

DIA NACIONAL DOS OSTOMIZADOS

A pedido do senador Flávio Arns (PSDB-PR), os senadores lembram em Plenário, nesta terça-feira, o Dia Nacional dos Ostomizados. A ostomia é uma cirurgia no abdome que permite criar uma comunicação entre um órgão interno e o exterior do corpo para eliminação de dejetos do organismo. O ostomizado utiliza uma bolsa coletora para recolher o conteúdo a ser eliminado.

CRIADOR DO JIU-JITSU

O Senado realiza sessão especial nesta terça-feira para homenagear a memória de Hélio Gracie, esportista brasileiro responsável pela difusão da arte marcial jiu-jitsu no país, que morreu em 29 de janeiro de 2009, aos 95 anos de idade. O pedido para a sessão foi feito por Arthur Virgílio (PSDB-AM), para quem Gracie foi "um grande herói do esporte brasileiro".

comissões

Segunda-feira

18h – INFRAESTRUTURA

Painel – A comissão debate infraestrutura e políticas públicas com o técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea Ricardo Paes de Barros; o diretor de Estudos e Políticas Sociais do instituto, Jorge Abraão de Castro; e o ex-diretor do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Unicamp Pedro Luiz Barros Silva

Terça-feira

9h30 – AGRICULTURA

Extensão rural – Analisa projeto que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a agricultura familiar e reforma agrária (Pnater) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na agricultura familiar e na reforma agrária (Pronater). Também em análise, proposta que estende o benefício garantia-safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Imposto de Renda – Na pauta, projeto que permite a dedução de despesa com aquisição de aparelhos

auditivos e cadeiras de roda do Imposto de Renda. Às 11h30, debate sobre a situação da indústria do fumo no país. Entre os participantes, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel Santos, o secretário da Receita Federal, Otacílio Dantas Cartaxo; e o presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, André Franco Montoro Filho.

11h – EDUCAÇÃO

OAB – Entre os 24 itens em exame, projeto que acaba com o exame de ordem exigido para inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

11h – TURISMO

Overbooking – A comissão analisa projeto que institui indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronaves. Outro projeto proíbe a instalação de presídios em cidades turísticas.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Embalagens – A comissão estuda projeto que torna obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo poder público. Outro projeto obriga a constar, no

rótulo das embalagens, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte.

14h – RELAÇÕES EXTERIORES

Embaixador – Os senadores sabatinam o diplomata Enio Cordeiro, indicado pelo presidente da República para ocupar o cargo de embaixador na Argentina.

14h30 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Custos – Audiência pública sobre o projeto Lord Stern, que estuda os custos da mitigação preventiva para evitar os efeitos catastróficos das mudanças climáticas, com os deputados Antonio Palocci e Colbert Martins e com o presidente da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, Israel Klabin.

14h30 – MISTA DE ORÇAMENTO

LOA – Os parlamentares continuam a examinar a proposta de Orçamento para 2010.

Quarta-feira

8h30 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Alteração – Audiência pública para debater proposta da Anatel

Pauta continua trancada por MP que reforça conta do Tesouro

Continua como primeiro item da pauta do Plenário, trancando as votações, o projeto de lei de conversão (PLV 17/09) da medida provisória (MP 468/09) que concentra na Caixa Econômica Federal todos os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos federais que estão em outros bancos. Como consequência, a medida reforma a conta do Tesouro da União.

De acordo com o projeto, após receber esses valores, a Caixa deverá repassá-los para a conta única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 180 dias, a contar da publicação da medida. A principal mudança

feita pelos deputados na MP original enviada pelo Executivo determinou que também devam ser transferidos à Caixa valores de natureza não tributária relativos a depósitos judiciais e extrajudiciais vinculados a ações na Justiça contra a União. Essa transferência será feita conforme cronograma fixado pelo ministro da Fazenda.

Essa mudança feita na Câmara dá maior abrangência à MP e deverá reforçar as contas da União, cuja arrecadação diminuiu cerca de 11% este ano devido à crise financeira internacional e à concessão de estímulos fiscais para setores da economia.

Projeto de lei fixa prazo para revalidar diplomas estrangeiros

O prazo para revalidação de diplomas de graduação e de pós-graduação expedidos por universidades estrangeiras deverá ser fixado em seis meses. É o que determina o Projeto de Lei do Senado (PLS) 498/03, que recebeu emendas da Câmara e está na pauta do Plenário.

Atualmente, uma resolução do Conselho Nacional de Educação determina que a universidade deva se pronunciar sobre o pedido de revalidação dos cursos de graduação feitos no exterior no prazo máximo de seis meses. A atual legislação não fixa, no entanto, prazo

para a revalidação dos cursos de mestrado e doutorado concluídos em universidades estrangeiras e também não disciplina a revalidação de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Pelo projeto original aprovado no Senado, o prazo máximo era de quatro meses para revalidação dos diplomas de graduação e de seis meses para os de pós-graduação. O PLS 498/03 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que determina que os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional.

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não deliberativa

Terça-feira

10h – Sessão especial
Jiu-jitsu – Os senadores homenageiam a memória do professor de jiu-jitsu Hélio Gracie.

14h – Sessão deliberativa

Pauta trancada – A hora do expediente é dedicada ao Dia Nacional dos Ostomizados. Depois, os senadores examinam projeto de lei de conversão (PLV 17/09) que transferiu depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos para a Caixa, que continua trancando a pauta.

Quarta-feira

14h – Sessão deliberativa

Quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

comissões

Diplomata crê em mais diálogo com os Estados Unidos

O início do governo Barack Obama indica a possibilidade de construção de um “diálogo harmonioso” entre o Brasil e os Estados Unidos, disse na quinta-feira o futuro embaixador brasileiro em Washington, Mauro Luiz Iecker Vieira, cuja indicação recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A mensagem presidencial será agora examinada em Plenário. Segundo o diplomata, o novo governo norte-americano tem emitido sinais de que considera o Brasil um importante interlocutor para temas globais.

Mudança na responsabilidade fiscal é adiada

A votação da proposta que flexibiliza regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) para o exercício financeiro de 2009 foi transferida para a próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a fim de que seja verificada a constitucionalidade da proposta. O objetivo do autor do projeto (PLS Complementar 450/09), senador César Borges (PR-BA), é ajudar os municípios prejudicados com a queda de suas receitas em razão da crise econômica mundial.

A proposta não é consensual entre os integrantes da CAE.

Diploma para jornalista em exame na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou a votação da proposta de emenda à Constituição que restringe o exercício da profissão de jornalista ao portador de diploma de curso superior de Comunicação Social. De autoria de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a proposta (PEC 33/09) recebeu parecer favorável de Inácio Arruda (PCdoB-CE). Arthur Virgílio (PSDB-AM) declarou-se favorável à aprovação da matéria, argumentando não ver razão para se dispensar do jornalista um requisito exigido para outros profissionais.

Cota para emenda individual de parlamentar será de R\$ 12,5 mi

Novo teto foi definido depois de negociação entre o relator, que pretendia fixá-lo em R\$ 10 milhões, e a deputada Rose de Freitas, que defendia R\$ 13 milhões. Acordo pode acelerar votação do Orçamento

Senadores e deputados vão dispor, cada um, de R\$ 12,5 milhões para indicar projetos em seus estados no próximo ano. Com acréscimo de R\$ 2,5 milhões em relação ao inicialmente previsto, o novo teto foi incluído no relatório preliminar do projeto da Lei Orçamentária (LOA) para 2010 aprovado na última quinta-feira pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

A ampliação da cota foi um dos pontos que possibilitaram a votação do relatório, depois de acordo fechado na noite anterior, entre o relator-geral, deputado Geraldo Magela (PT-DF), e líderes partidários. Outra medida envolve a previsão de R\$ 3,9 bilhões, ainda em 2010, para compensar os estados pelas desonerações tributárias aos exportadores asseguradas pela Lei Kandir. Parcela adicional de até R\$ 1,3 bilhão poderá ser liberada, no ano seguinte, caso as receitas tributárias de 2010 ultrapassem os níveis previstos.

A votação chegou a ser ameaçada pela persistência da deputada Rose de Freitas (PMDB-ES) em defender a elevação da cota das

emendas individuais para R\$ 13 milhões. Pelo acordo, o relator-geral rejeitaria todos os destaques para reexame das emendas que ficaram de fora do relatório. A deputada estava inconformada, pois queria a inclusão de duas sugestões de sua autoria, uma delas para aumentar a cota. Se pedisse conferência das presenças, ela poderia derrubar a reunião, mas acabou recuando, para não atrasar o cronograma de tramitação.

Rose de Freitas afirmou que vem sendo mais fácil executar emendas individuais do que as apresentadas pelas bancadas dos estados. Ao fim da reunião, Magela avalizou a afirmação da colega. Segundo ele, a execução das emendas de bancadas não passa de 40% do previsto.

– As emendas individuais cumprem papel importante na democratização do Orçamento nos pequenos municípios. Além disso, tem CPF, endereço e impressão digital do beneficiário. É mais fácil e tranquilo ter transparência – afirmou o relator, que alegou falta de recursos para elevar o teto a R\$ 13 milhões.

Estados terão R\$ 3,9 bilhões para compensar perdas



Magela reconhece que as emendas individuais dos parlamentares cumprem papel importante na democratização do Orçamento nos pequenos municípios

Nos remanejamentos, governo cede e PAC perde 15% do total de verbas

O prazo de sete dias úteis para a apresentação das emendas será aberto nesta segunda-feira. O relatório preliminar reserva R\$ 23,3 bilhões para atender às novas despesas. Desse total, R\$ 7,4 bilhões estão reservados para cobrir emendas individuais. Outros R\$ 13,3 bilhões vão atender as emendas de relator e as despesas indicadas como prioritárias no próprio relatório-

preliminar. A parcela final de R\$ 2,6 bilhões irá compor a reserva de recursos para as emendas de bancadas e comissões, que será reforçada ainda com remanejamentos depois dos cortes sobre outras despesas, inclusive as do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O governo acabou cedendo, para admitir corte de até 15% do montante global do programa.

Estados terão alternativa para definir endividamento

O Senado aprovou na quarta-feira da semana passada, em caráter de urgência, projeto de resolução da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que cria um critério alternativo para o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada dos estados. De acordo com o projeto (PRS 73/09), o cálculo passará a ser feito pela média anual da relação entre o comprometimento previsto e a receita corrente líquida projetada ano a ano.

Atualmente, o limite anual para as amortizações, juros e encargos é calculado pela média anual da relação entre o comprometimento previsto e a receita corrente líquida projetada, sendo tal cálculo sempre vinculado ao exercício de 2027, ano em que termina o rolamento de dívidas dos estados com a União.

No entanto, se, por um lado, esse limite sacrifica estados em situação de maior endividamento, como o Rio Grande do Sul ou Alagoas, ele impõe



O Plenário aprovou em regime de urgência proposta que já havia sido acolhida pela Comissão de Assuntos Econômicos

amarras desnecessárias a outros estados cuja situação fiscal é mais confortável. Tais estados apresentam uma trajetória decrescente do serviço da dívida mais acentuada, mesmo que ela ultrapasse o exercício de 2027.

Assim, conforme o projeto, estados cuja dívida diminuir no período não terão seu limite de endividamento prejudicado. Ao alterar o cálculo do limite de comprometimento consideran-

do-se a receita corrente líquida projetada ano a ano, o projeto de resolução aprovado procura corrigir essas distorções dando aos estados a possibilidade de optar por duas alternativas: todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos previstos da operação pretendida ou os exercícios financeiros em que houver pagamentos até 31 de dezembro de 2027.

Na última quinta-feira, o se-

nador João Tenório (PSDB-AL) afirmou que o projeto pode trazer um alívio para a situação financeira de Alagoas.

– Desde o início do atual governo de Alagoas, o estado não pôde, devido às imensas dificuldades financeiras existentes, contratar qualquer operação de crédito que lhe possibilitasse realizar investimentos que atenuassem nossa difícil situação social – relatou o senador.

comissões

CCJ torna mais difícil redução de pena para crime comum

Projeto aprovado exige que pelo menos um terço da punição seja cumprida. Autores de delitos hediondos só poderão sair se usarem as tornozeleiras eletrônicas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, em turno suplementar, substitutivo do senador Demostenes Torres (DEM-GO) a projetos que tratam do regime para a progressão de penas. A elevação do prazo para progressão abrangerá apenas presos por crimes comuns, passando do atual um sexto (16,6%) da pena para um terço (33,3%). Votada em caráter terminativo, a proposta poderá seguir para exame da Câmara dos Deputados.

O relator resolveu acatar emenda, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), mantendo os prazos atualmente determinados na legislação para progressão por crimes hediondos, ou seja, dois quintos (40%) para réu primário e três quintos (60%) para reincidente.

Outras quatro emendas de Valadares também foram incorporadas ao texto final aprovado pela CCJ. Assim, para os condenados por crimes hediondos passará a ser exigido o exame criminológico, de modo que o juiz possa decidir pela progressão para o regime semiaberto.

Para dispensar esse laudo, o magistrado terá que apresentar decisão fundamentada. A decisão sobre progressão para os demais crimes continuará dependendo de manifestação do Ministério Público e do defensor.

Os condenados por crimes hediondos, ou a ele equiparados, ou os reincidentes da prática de crime cometido mediante violência ou grave ameaça, que forem beneficiados com a progressão para o regime semiaberto, terão que usar a tornozeleira eletrônica



Marco Maciel e Demostenes Torres (D), na reunião da CCJ: na avaliação dos senadores, projeto aprovado é um grande avanço na legislação penal

ca para que o juiz possa saber onde ele está. E se o juiz achar necessário também exigirá exame criminológico e monitoramento para os condenados por outros tipos de crimes.

Demostenes manteve a rejeição de emenda do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), que abriria a possibilidade de penas alternativas para pequenos traficantes. Para esses casos, a progressão dependerá do cumprimento de um terço da pena (hoje, preveem-se dois quintos da pena, para réu primário, e três quintos, para reincidente). Segundo o relator, a aplicação da pena alternativa seria um estímulo para “escancarar as portas para o tráfico de drogas no país”, uma vez que o pequeno traficante passaria a ser usado pelo grande.

Para Aloizio Mercadante (PT-

SP), o texto representa um grande avanço com a criação da exigência do exame criminológico e do monitoramento eletrônico para os condenados por crimes hediondos. Ele disse acreditar que o uso da tornozeleira vai beneficiar os que merecem ter progressão e dar segurança para a sociedade.

Já Romeu Tuma (PTB-SP) concordou com a posição de Demostenes Torres de rejeitar a pena alternativa para pequenos traficantes e aceitar o prazo de um terço de cumprimento da pena para a progressão.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), também aplaudiu a proposta acordada pela CCJ, que representa, em sua avaliação, uma resposta do Senado às preocupações da sociedade com a segurança pública.

Projeto nivela legislação civil e militar sobre crime hediondo

Crimes considerados hediondos previstos no Código Penal Militar passarão a ser reprimidos da mesma forma estabelecida pela Lei dos Crimes Hediondos e pelo Código Penal. É o que estabelece parecer do senador Demostenes Torres favorável a projeto de lei (PLS 89/09) do senador Magno Malta (PR-ES). Aprovada em decisão terminativa pela CCJ, a proposta só será votada em Plenário se houver recurso. Caso contrário, seguirá direto para a Câmara dos Deputados.

– É preciso fazer esse ajuste.

Assim, todos os crimes hediondos inseridos no Código Penal Militar passarão a ser hediondos – observou Demostenes Torres, que foi apoiado pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), segundo o qual a iniciativa de Magno Malta é “engenhosa e necessária”.

O PLS 89/09 define como hediondos diversos crimes previstos no Código Penal Militar que têm correspondência com os crimes descritos na Lei dos Crimes Hediondos, além de aumentar suas penas, para guardar isonomia com o Código Penal.

Mudança na regra para acesso de menores a espetáculos

Proposta aprovada pela CCJ incluí no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) as regras sobre acesso de menores a filmes, espetáculos e diversões públicas, hoje definidas pelo Ministério da Justiça. O texto agora seguirá para exame na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para votação em decisão terminativa.

As regras atuais causam dúvidas e divergências na sua aplicação, como no caso em que os pais ou responsáveis levam menores a espetáculos indicados para a faixa etária

imediatamente acima daquela em que se encontram os filhos – uma criança de dez a onze anos, por exemplo, para um espetáculo liberado para a faixa de 12 a 14 anos.

Outro projeto aprovado pela comissão (PLS 107/03) modificou o ECA na parte que trata das punições ao menor infrator. Se o menor infrator alcançar a idade de liberação compulsória (21 anos) antes de concluir o período de internação, o restante da pena será convertido em prestação de serviços à comunidade.

Comissão aprova repúdio a Cuba por prisão de blogueiros

A CCJ aprovou voto de repúdio ao governo cubano pela prisão da escritora Yoani Sánchez, criadora do blog *Generación Y*. No dia 7, ela e dois outros blogueiros foram detidos por agentes de segurança durante uma passeata contra a violência. O requerimento do presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), foi aprovado com voto contrário de Inácio Aruda (PCdo-B-CE) e com a abstenção de Eduardo Suplicy (PT-SP). Suplicy declarou ser favorável ao voto, mas sugeriu que a votação acontecesse somente após ouvir explicações da embaixada cubana no Brasil.

TVs da Amazônia Legal poderão arrendar transmissão

As retransmissoras de televisão em municípios da Amazônia Legal poderão arrendar sua capacidade de transmissão, conforme projeto aprovado pela CCJ, que ainda precisará de regulamentação caso se transforme em lei. O projeto (PLS 285/09), do senador Lobão Filho (PMDB-MA), segue para exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) em decisão terminativa. Lobão Filho explicou que, muitas vezes, o operador do serviço enfrenta dificuldades no exercício de sua atividade.

Macapá e Santana devem ganhar região integrada

Os senadores da CCJ aprovaram projeto de lei complementar que autoriza o Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento de Macapá e Santana (AP). O projeto prevê ainda a criação do programa especial de desenvolvimento dos dois municípios, que deverá incluir medidas relacionadas aos serviços públicos, linhas de crédito, isenções e incentivos fiscais às atividades produtivas. Atualmente existem três dessas regiões: Distrito Federal e Entorno, Grande Teresina e Pólo Petrolina (PE) e Juazeiro (BA).

Homenagem aos 40 anos da CPRM

O papel do Serviço Geológico do Brasil – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) na identificação do potencial mineral e na geração de riquezas a partir da exploração das reservas foi destacada pelo presidente do Senado, José Sarney, na sessão em homenagem aos 40 anos da órgão.

Sessão pelo Dia Mundial da Ciência pela Paz

Seis comissões permanentes do Senado comemoraram no Plenário o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2001.

Para o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a data (10 de novembro) “representa uma

oportunidade para que se reflita sobre a função que a ciência desempenha na construção de um mundo melhor”.

– A ciência traz em si todos os pressupostos que estimulam o crescimento da civilização e trabalha em favor da paz – resumiu Flexa Ribeiro.

Para o senador Flávio Torres (PDT-CE), não haverá paz no mundo enquanto a fome existir, “permitida e contem-

plada por alguns governantes como forma de se perpetuar no poder”.

Cristovam Buarque (PDT-DF) avaliou que, nos dias de hoje, a paz deve ter um conceito mais amplo. A seu ver, para se ter paz é necessário criar políticas de apoio às crianças, aos adolescentes, aos idosos e para cidadãos aliados do processo de desenvolvimento com inclusão.

educação

Formação de jovens pode ter "apagão", alertam

A formação das centenas de milhares de jovens que, com a retomada do crescimento econômico, serão necessários para o mercado de trabalho nos próximos anos foi apresentada como um grande desafio por participantes do seminário *O Papel da Iniciativa Privada no Ensino Superior: Realidade e Desafios para o Futuro*, promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A indústria do petróleo, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 estarão entre os setores que mais precisarão de jovens, segundo Maria Helena Guimarães de Castro, presidente do Conselho Superior de Responsabilidade Social da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

– Nós não temos um PAC de qualificação profissional – la-

mentou Maria Helena.

O diretor-presidente do grupo Anhanguera Educacional, Antônio Carbonari Netto, também alertou para a carência de profissionais no futuro próximo. Em sua opinião, o percentual de 13% de jovens que se encontram atualmente na educação superior pode ser considerado "abaixo da linha de segurança nacional".

– Um "apagão" na formação será inevitável já em 2012 – previu.

Ao abrir o seminário, Marisa Serrano (PSDB-MS) lembrou que pela primeira vez as instituições privadas de ensino superior foram convidadas a falar sobre a sua participação no desenvolvimento do país, papel ressaltado por Flávio Arns (PSDB-PR) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Comissão aprova 14º salário para professores de escola pública

A Comissão de Educação (CE) aprovou proposta que cria o 14º salário para professores de educação básica. Pelo projeto, de Cristovam Buarque (PDT-DF), receberão o 14º salário os professores e funcionários de escolas públicas que elevarem o Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (Ideb) do estabelecimento educacional em pelo menos 50% durante o ano letivo. Também farão jus ao benefício os profissionais da educação de escolas de ensino fundamental que obtiverem Ideb anual igual ou superior a sete.

Ao defender sua proposta, Cristovam disse que a literatura empresarial conta com múltiplos exemplos de que o incentivo salarial é um eficiente estimulador de produção.

Assim, vincular o desempenho de professores e funcionários a uma vantagem pecuniária representa um bom primeiro passo para melhorar o nível dos educadores brasileiros, destacou o senador. Pelo PLS 319/08, o pagamento do benefício deverá ser realizado até o final do semestre subsequente ao da publicação do resultado da avaliação do Ideb. A matéria segue para exame e votação na Comissão de Assuntos Sociais.

A comissão aprovou ainda a criação das escolas técnicas federais de União da Vitória e Nova Laranjeiras (PR), de *campus* do Instituto Federal de Educação da Paraíba em Mamanguape, Piancó e Esperança (PB), bem como da Universidade Federal do Sudoeste de Goiás, em Jataí (GO).



Emocionada, Ideli Salvatti, autora da proposta original, declara: "Hoje é o dia mais importante do meu mandato"

Promulgado fim do corte nas verbas da educação

Ministério terá R\$ 12 bilhões a mais até o fim de 2010. Em 2011, governo deverá aplicar a totalidade dos recursos previstos no orçamento para o setor

O Congresso promulgou na semana passada a proposta de emenda à Constituição que garante o fim do corte de recursos orçamentários destinados à educação (PEC 59/09). Atualmente, por meio do mecanismo chamado Desvinculação de Receitas da União (DRU), o governo federal pode desvincular 20% de todo o Orçamento, redirecionando os recursos para outros setores. A DRU sobre o orçamento da educação cairá para 12,5% este ano e para 5% em 2010, ficando proibida a partir de 2011. A previsão é de que o setor receba a mais, somente este ano, cerca de R\$ 4 bilhões, somados a um total previsto de R\$ 41 bilhões.

No ano que vem, o fim da DRU representará a injeção de novos R\$ 8 bilhões no ensino.

Para o presidente do Senado, José Sarney, que presidiu a sessão, a proposta é de enorme importância para a educação brasileira, mas a área precisa ainda de mais recursos. Emocionada, Ideli Salvatti (PT-SC), autora da proposta original (PEC 96/03), disse que estimativa do próprio Ministério da Educação dá conta de que o setor perdeu cerca de R\$ 100 bilhões desde 1996, ano em que a DRU foi instituída.

– Hoje é o dia mais importante do meu mandato – resumiu a senadora de Santa Catarina.

A proposta também exige a oferta de educação básica obriga-

tória e gratuita dos quatro aos 17 anos de idade, a ser implementada progressivamente até 2016, com apoio técnico e financeiro da União. O Estado deverá também atender os alunos em todas as etapas da educação básica, por meio de programas de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Foram promulgadas também a PEC 61/09, que torna o presidente do Supremo Tribunal Federal integrante e presidente natural do Conselho Nacional de Justiça; e a PEC 60/09, que transfere para os quadros da União os servidores civis e militares do extinto território federal de Rondônia, transformado em estado em 1981.

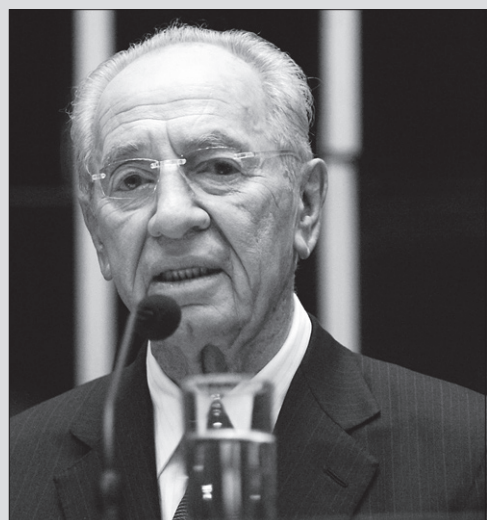
LIVRO DIDÁTICO

Projeto de Paulo Paim (PT-RS) que cria a Comissão Nacional de Avaliação do Material Didático foi aprovado pela Comissão de Educação (CE). A matéria seguirá para a Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para votação em Plenário. Pelo PLS 63/03, a comissão deve examinar o material didático destinado às escolas públicas e privadas de ensino básico para verificar se existem conteúdos reforçadores de preconceito.

CULTURA INDÍGENA

Os parlamentares devem incentivar a formação de professores, a produção de material didático sobre história e cultura indígenas e a participação de líderes indígenas na discussão do ensino dessas matérias, além de estarem atentos aos projetos que representem retrocesso. As sugestões foram feitas pelos debatedores de audiência pública sobre a questão indígena realizada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

homenagem



Em visita ao Congresso, presidente de Israel elogiou as políticas brasileiras de redução da desigualdade

Shimon Peres afirma que Irã é "um perigo mundial"

Em discurso em sessão solene do Congresso Nacional, o presidente de Israel, Shimon Peres, elogiou o Brasil pelas políticas de redução da desigualdade social, mas não deixou de abordar os problemas do Oriente Médio. Manifestou a preocupação com a possibilidade de o Irã desenvolver armas nucleares e com as ameaças de destruição de seu país feitas pelo presidente Mahmoud Ahmadinejad, que também visitará o Brasil na próxima semana.

– Não quero discutir em território brasileiro com o presidente do Irã, mas achamos que sua política é um perigo mundial – afirmou.

Ele também apontou a possibilidade de um acordo de paz com a Autoridade Palestina "em um ou dois anos".

Shimon Peres foi recebido no Plenário do Senado pelo presidente do Senado, José Sarney, e pelo presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer. Também estavam presentes o vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), e o 2º secretário da Câmara, Inocêncio Oliveira (PR-PE).

Sarney afirmou que a visita do estadista israelense transcende sua importância institucional, pois ele é uma das mais importantes personalidades da atualidade.

– Intelectual, escritor, político, estadista, vossa excelência é, em primeiro lugar, um eterno batalhador pela paz. Em vossa excelência, o humanista supera o homem de partido, com a compreensão das necessidades de coabitação entre judeus e árabes. O Prêmio Nobel da Paz que rece-

beu representa apenas uma passagem de uma vida inteira consagrada à construção de um Estado moderno e dinâmico, em que seja possível a paz – disse.

Fernando Collor (PTB-AL), que discursou em nome dos demais senadores, afirmou que a visita do presidente israelense deve ser vista como um incentivo à busca do permanente entendimento entre os povos. Já Marcelo Itagiba (PSDB-RJ), representando os deputados, lembrou que Israel "é a única e verdadeira democracia no Oriente Médio, por isso, a presença de Peres no Brasil é muito bem-vinda".

Michel Temer lembrou que já existem 150 empresas israelenses operando no Brasil e que o comércio entre os dois países atingiu a cifra de US\$ 1,5 bilhão em 2008.

moradia

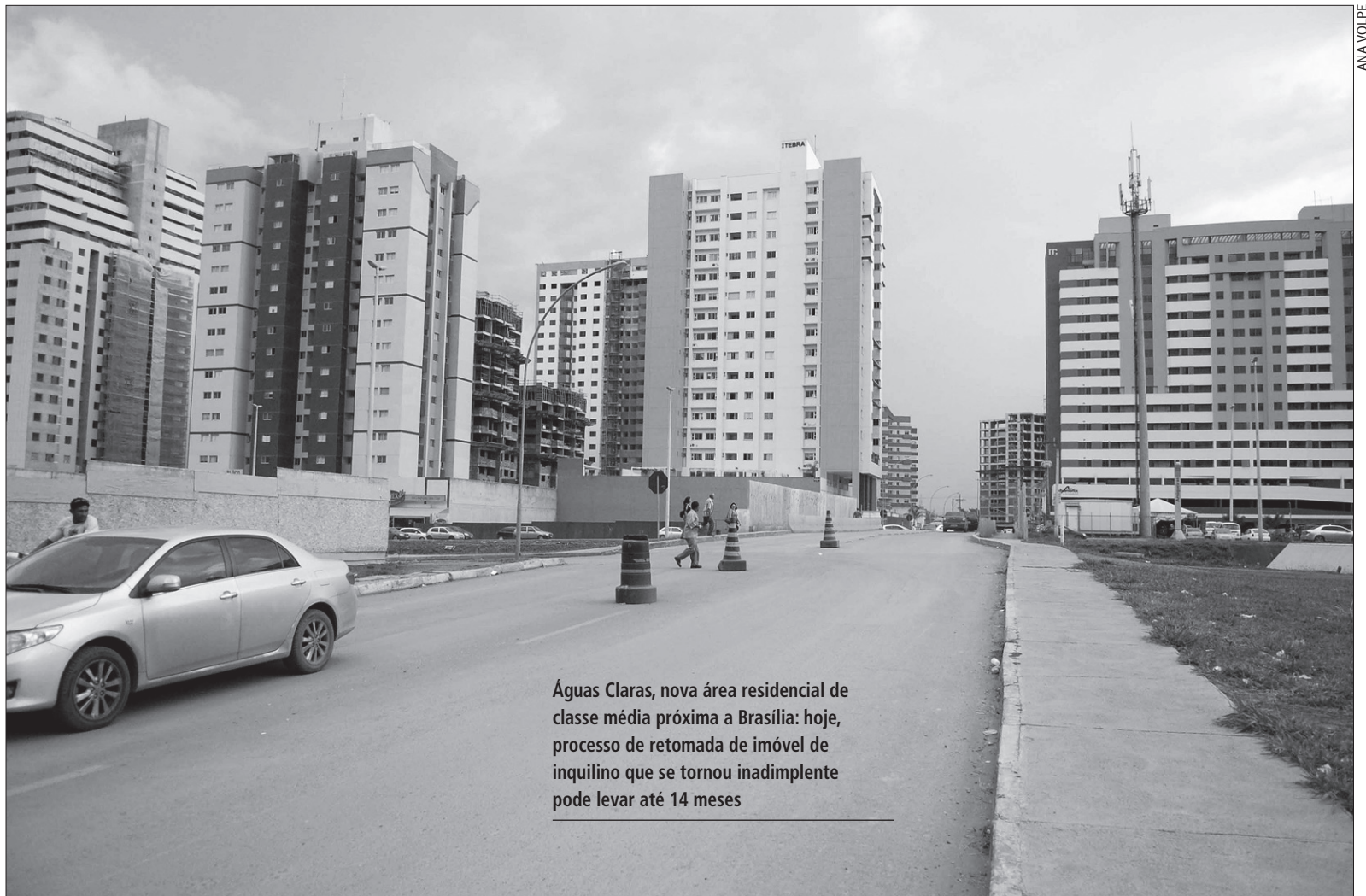
Nova Lei do Inquilinato segue nesta semana para sanção

Texto aprovado pelo Congresso promete reduzir déficit habitacional e dar maior segurança jurídica para locadores

O Congresso aprovou há duas semanas novas regras para o aluguel de imóveis urbanos, que poderão trazer efeitos positivos sobre os cerca de 7 milhões de contratos existentes no país, como a aceleração dos processos de retomada de imóvel em caso de não pagamento do aluguel (hoje, a média nacional para esse procedimento é de 14 meses), dando segurança jurídica maior aos locadores, mas mantendo o amplo direito de defesa dos inquilinos.

Depois de passar pela Câmara, o projeto do deputado José Carlos Araújo (PR-BA), que altera a Lei do Inquilinato (Lei 8.245/91), foi aprovado também pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Como não houve recurso para votação em Plenário, o projeto (PLC 140/09) será enviado esta semana para análise do presidente da República, que terá 15 dias para sancioná-lo ou vetá-lo.

A líder do governo no Congresso, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que relatou o projeto, ressalta a necessidade de atualização da legislação após 18 anos de vigência. Essas modificações, segundo ela, poderão contribuir para a redução do déficit habitacional no país, calculado em cerca de 8 milhões de moradias. Atualmente, disse Ideli, estima-se que em torno de 3 milhões de imóveis estão fechados pelo receio dos proprietários de alugá-los e vir



Águas Claras, nova área residencial de classe média próxima a Brasília: hoje, processo de retomada de imóvel de inquilino que se tornou inadimplente pode levar até 14 meses

a sofrer prejuízos.

Aprovada por unanimidade, a proposta recebeu elogios dos senadores. Gim Argello (PTB-DF), que é corretor de imóveis, afirmou que a

medida atende à realidade do mercado no país. Francisco Dornelles (PP-RJ), ex-ministro da Fazenda, disse acreditar que as modificações contribuirão não somente para o

mercado de locação, mas para a indústria imobiliária.

Segundo Kátia Abreu (DEM-TO), uma das maiores contribuições da proposta é a segurança jurídica que

trará ao setor imobiliário urbano. Valter Pereira (PMDB-MS) também avalia que a insegurança jurídica acaba desestimulando investimentos na locação de imóveis.



Verônica Mucury precisou mudar-se para um apartamento maior e decidiu alugar o imóvel próprio. Acabou sofrendo com um inquilino caloteiro que lhe causou prejuízos e aborrecimentos

Vítima de calote elogia as modificações

Verônica Mucury, inquilina de um apartamento de quatro quartos em Águas Claras, no Distrito Federal, acredita que a nova lei ajudará muito os locatários bons pagadores, ao mesmo tempo que vai evitar que os proprietários sofram enormes prejuízos, como os que ela teve ao alugar seu apartamento de dois quartos na Asa Norte, bairro de Brasília.

– Quando meu neto nasceu, em 2004, percebemos que teríamos que ter mais espaço. Alugamos esse imóvel maior e colocamos o menor numa imobiliária. Só não pensamos que o que parecia ser uma saída simples e racional para ter um quarto a mais para meu neto se tornasse o maior pesadelo das nossas vidas – afirma a dona de casa.

Quando o inquilino parou de pagar o aluguel e as contas de condomínio e energia começaram a se acumular é que a família tomou conhecimento da dor de cabeça que teria pela frente. Foram dois anos até conseguir que o locatário desocupasse o imóvel, àquela altura, completamente depredado. Quase cinco anos depois, Verônica não con-

seguiu se ressarcir dos prejuízos.

– O inquilino chegou ao cúmulo de montar uma gambiarra, uma ligação elétrica clandestina, porque a energia havia sido cortada. E nada da Justiça conseguir que ele saísse. Além de pagar as contas atrasadas, tive que arcar com a multa pela instalação ilegal e todas as obrigações não cumpridas, tudo com multas e juros. Para completar o cenário já absurdo, a imobiliária não assumiu qualquer responsabilidade pelo problema – indigna-se Verônica.

Embora as novas regras sejam bem mais rigorosas em relação aos locatários, elas não assustam a inquilina de Águas Claras.

– Muito pelo contrário. Os honestos, que cumprem suas obrigações, os bons pagadores, aqueles que têm respeito à lei e prezam pelo seu bom nome só terão a ganhar. Só o constrangimento que é pedir para alguém ser seu fiador, por exemplo. Com a nova lei, os proprietários poderão dispensar essa exigência e outras que fazem apenas porque morrem de medo de sofrer o prejuízo que eu sofri, sem ter a quem recorrer – conclui Verônica.

O que vai mudar na locação de imóveis

Fiador

O objetivo do projeto, ao diminuir os riscos do proprietário, é beneficiar também o inquilino bom pagador, que poderá ser desobrigado de apresentar um fiador ou qualquer outra garantia (seguro-fiança, depósito caução etc.) e diminuir o preço dos aluguéis.

O fiador, por sua vez, poderá desistir da prestação da fiança em caso de prorrogação do contrato por tempo indeterminado. Ele continua, no entanto, respondendo pela fiança pelo prazo de 120 dias a partir da data da comunicação da desistência ao proprietário do imóvel.

O proprietário também poderá exigir um novo fiador ou garantia, caso o atual entre em processo de recuperação judicial. Na lei anterior podiam ser exonerados da fiança apenas

os fiadores que tivessem sua falência ou insolvência decretadas pela Justiça. Com isso, pretende-se dar mais garantias ao proprietário e liberar a empresa fiadora que passe por crise econômico-financeira.

Como na lei atual, o projeto garante que, após a separação do casal, o imóvel residencial possa ser usado por qualquer um dos cônjuges, independentemente do nome que estiver no contrato. Isso vale também em caso de morte de um dos locatários. O que muda, pela nova proposta, é que a comunicação da separação ou morte ao fiador passa a ser obrigatória. Ele terá então um prazo de 30 dias para desistir de prestar a fiança. Nesse caso, o fiador também continua respondendo pela fiança pelo prazo de 120 dias.

Sublocação

Confira abaixo outras mudanças importantes no texto enviado à sanção presidencial:

- a extensão da necessidade da autorização do locador para a cessão, sublocação e empréstimo de imóveis não residenciais;
- o fim da dispensa obriga-

Atualização de contrato

Caso a nova lei seja sancionada, o locatário poderá pedir que seus contratos sejam readaptados, se o próprio

locador não providenciar, mas nenhum contrato pode ser alterado sem que as duas partes concordem.

tória da multa nos casos de rescisão do contrato em razão de transferência do local de trabalho do inquilino;

- a redução do prazo para desocupação do imóvel, em caso de rescisão do contrato. Hoje, ele é de seis meses, mas a nova lei reduz este período para 30 dias.

locador não providenciar, mas nenhum contrato pode ser alterado sem que as duas partes concordem.

Proposta torna mais clara lei do aluguel

Item	Lei atual	Proposta aprovada
Responsabilidade pelo aluguel em caso de separação dos cônjuges	Não prevista	É do cônjuge que permanecer no imóvel, devendo o locador ser notificado
Comunicação ao fiador da permanência de um dos cônjuges no imóvel	Não prevista	Obrigatória
Retirada da fiança em caso de separação do casal	Não prevista	O fiador tem 30 dias para desistir, mas fica responsável pela fiança por mais 120 dias
Exigência de concordância do locador para cessão, sublocação ou empréstimo de imóvel não residencial	Não prevista	Obrigatória
Desistência do fiador da prestação da fiança no caso de prorrogação do contrato por tempo indeterminado	Não prevista	Prevista – o locador poderá exigir nova garantia em até 30 dias, ficando o fiador atual responsável pela fiança por mais 120 dias
Citação do fiador na ação de despejo por dívida	Não prevista	Obrigatória
Expedição pelo juiz de mandado para despejo em 30 dias assim que for julgada procedente a ação	Não prevista	Obrigatória
Fim do contrato, desocupação em 15 dias, por liminar, em razão de proposta de aluguel mais vantajosa recebida pelo locador	Não prevista	Prevista – para entrar com a ação, é exigida do locador uma caução entre seis e 12 meses de aluguel
Liminar para desocupação em 15 dias, na ação de despejo, em caso de: a) necessidade de reparar com urgência o imóvel por determinação do poder público; b) falta de nova garantia após desistência do fiador; c) fim da locação de imóvel não residencial; d) falta de pagamento, se o contrato não tiver garantias	Não prevista	Prevista
Prazo para desocupação se decretada a não renovação do contrato	Seis meses	30 dias



Despejo

O projeto prevê que, julgada a ação de despejo, se o proprietário vencer, o juiz deve expedir imediatamente um mandado de desocupação do imóvel, concedendo 30 dias para o inquilino sair voluntariamente. Pela lei atual, é exigido que o inquilino receba dois mandados judiciais e que sejam feitas duas diligências, o que faz a retomada do imóvel demorar, em média, 14 meses.

Para suspender a ação de despejo, o inquilino precisa-

rá pagar o saldo devedor no prazo de 15 dias e não apenas apresentar um requerimento manifestando a intenção de pagar a dívida, recurso que hoje contribui para o atraso do processo. Com a mudança, a expectativa é de que o tempo médio para retomada do imóvel caia para quatro meses.

Ainda na ação de despejo, a caução exigida do locador em caso de desocupação do imóvel por força de liminar cairá do valor equivalente a 12 meses de aluguel para seis meses.

Multa rescisória

A proposta ajusta a Lei do Inquilinato ao novo Código Civil, estabelecendo a proporcionalidade da multa rescisória quando o imóvel alugado for devolvido antecipadamente.

Isso significa que, se o inquilino decidir entregar após 18 meses de uso um imóvel alugado por 30 meses com multa rescisória no valor de três meses de aluguel, pagará apenas a multa proporcional ao tempo que faltaria para

cumprir a totalidade do contrato (30 - 18 = 12 meses), ou seja, um valor correspondente a 1,2 mês de aluguel.

Outra novidade do projeto é a exigência de que o locador pague ao inquilino uma indenização caso ele tenha pedido a desocupação do imóvel para um dos fins permitidos na lei, como o uso próprio, por exemplo, e não comprove que usa o imóvel conforme declarou que faria.

Especialistas elogiam novas regras

Para José Geraldo Tardin, presidente do Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo (Ibedec), "a aprovação do PLC 140/09 trará vantagens para os consumidores, com mais imóveis para aluguel e menos burocracia para os inquilinos".

Segundo o Ibedec, as relações nesse mercado não andavam boas em razão do favorecimento dos inquilinos inadimplentes pelas regras atuais, frustrando o direito dos proprietários de receber o aluguel. Cerca de 96% dos locadores de imóveis têm um único imóvel alugado, usando a renda para subsistência, e a inadimplência continuada provoca um efeito social perverso.

- Estima-se que em todo o Brasil mais de 3 milhões de imóveis encontram-se fechados, pois os proprietários desistiram de alugar. Com a nova lei, que garante o despejo imediato dos inadimplentes, esses imóveis entrarão novamente no mercado, trazendo baixa nos preços, devido à alta oferta. Como a lei vai garantir despejo imediato, um inquilino com bom cadastro ou bom histórico financeiro pode ser dispensado de apresentar fiador, exigência que impede a concretização de muitos negócios - avalia Tardin.

A ressalva ao projeto feita pelo presidente do Ibedec foi o despejo imediato do locatário que deixar de pagar apenas um aluguel: "O inquilino pode ter problemas excepcionais, como um acidente de trânsito ou doença na família, que comprometam o orçamento momentaneamente. Assim, é importante prever pelo menos 30 dias de prazo antes do despejo para que ele possa se reorganizar e colocar as obrigações em dia".

Rodrigo Daniel dos Santos, consultor jurídico do Ibedec, destaca que vários conflitos judiciais serão evitados.

- Questiona-se com frequência, por exemplo, a multa em caso de rescisão. Pelo Código Civil, ela deveria ser proporcional ao prazo restante do contrato, mas a Lei do Inquilinato, anterior ao código, não previa essa proporcionalidade. Com essa regra expressa na Lei do Inquilinato, essas discussões vão acabar - prevê o advogado.

Santos afirma ainda que a atribuição da responsabilidade pelo aluguel ao cônjuge que permanecer no imóvel após a separação e a obrigatoriedade de se comunicar o fato ao fiador e ao proprietário "são regras que vão evitar disputas entre ex-casados, deixando claro de quem é a obrigação do aluguel".

Corretor aposta que bom inquilino será beneficiado

João Teodoro da Silva, presidente do Conselho Federal de Corretores de Imóveis (Cofeci), também está otimista com relação à sanção do projeto aprovado pelo Congresso que muda a Lei do Inquilinato.

- Embora alguns possam avaliar, à primeira vista, que as novas regras são leoninas para o inquilino, na verdade, elas restabelecem a equivalência de direitos nas relações entre locadores e locatários - observa.

Para João Teodoro, a lei anterior à atual protegia excessivamente o inquilino e acabou por provocar drástica redução na oferta de imóveis para aluguel e até desaquecimento da construção civil. Àquela época, afirma, entre 5 e 6 milhões de imóveis ficaram vazios, deixando de gerar renda

para os proprietários e de atender às necessidades de quem precisava de um imóvel para alugar.

- A lei atual já foi um avanço importante, o mercado melhorou bem, mas ainda assim há muito que aperfeiçoar. E é o que faz esse novo projeto, que restaura o equilíbrio nas relações de aluguel e privilegia os bons pagadores - analisa.

Menos processos na Justiça e mais agilidade na resolução de problemas relacionados aos contratos de aluguel são os principais benefícios que o projeto, se sancionado, pode trazer à população, na avaliação dos corretores de imóveis.

De acordo com João Teodoro, as novas regras vão desafogar os tribunais de ações que hoje questionam



Para João Teodoro, presidente do Cofeci, novo projeto restaura o equilíbrio nas relações de aluguel

o entendimento da norma e trarão mais segurança jurídica a locadores e inquilinos, principalmente no caso de imóveis comerciais.

- Hoje, já temos jurisprudências que facilitam o julgamento dos casos. Mas, estando na lei, acabam as dúvidas e, conseqüentemente, cai o número de processos judiciais - argumenta o presidente do Cofeci.

direitos humanos

CAS aprova projeto contra a homofobia

Relatora Fátima Cleide alterou texto da Câmara para diminuir resistência de opositores, reduzindo as penas previstas e incluindo mulheres, idosos e pessoas com deficiência entre os segmentos protegidos da discriminação

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, na semana passada, o projeto que torna crime a discriminação contra idosos, pessoas com deficiência e homossexuais. Depois de muita polêmica ao longo de oito anos em tramitação no Congresso, a proposta (PLC 122/06), da ex-deputada Iara Bernardi, conhecida como “PL da homofobia”, foi alterada pela relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO), que reduziu as penas previstas e o número de crimes tipificados, além de ampliar o escopo do projeto para incluir os três grupos na proteção dada pela Lei Antidiscriminação (Lei 7.716/89).

Essa legislação já pune a discriminação por raça, religião ou local de nascimento. O projeto original, mais restrito, tinha como foco tornar crime a discriminação por “gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero”. A resistência de senadores evangélicos, como Magno Malta (PR-ES) e Marcelo Crivella (PRB-RJ), revelada nos debates realizados no Senado sobre o projeto, levou a relatora a limitar as condutas consideradas discriminatórias a “aquelas tidas como fundamentais”, com “tipos penais fechados e objetivos”.

O texto aprovado não cria novos tipos penais, apenas estende os já existentes aos segmentos das lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros, mulheres, idosos e pessoa com deficiência – resume a senadora. A proposta agora segue para as comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se o Senado mantiver as alterações aprovadas na CAS, o projeto voltará à Câmara.

Com seu texto, Fátima Cleide ligou a proposta a princípios fundamentais da Constituição, que não admite qualquer forma de discriminação. A senadora tenta, assim, evitar que o projeto seja apontado como inconstitucional, por ferir a liberdade de expressão e a liberdade religiosa, como foi acusado por representantes de igrejas.

Em defesa da proposta, Fátima Cleide ressaltou que não há qualquer lei que coíba a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, inviabilizando o tratamento desses crimes na Justiça. Enquanto essa situação não for alterada, segundo ela, a violência e atos homofóbicos continuarão a cercar direitos a uma grande parcela da população.



Manifestação contra violência sofrida por homossexuais realizada em Brasília em 2008: projeto torna crime a discriminação por orientação sexual

Senado já ouviu diferentes correntes sobre a proposta

Entidades ligadas a movimentos sociais que se consideram discriminados, bem como autoridades do governo e padres e pastores estiveram no Senado nos últimos três anos para discutir o projeto que amplia o combate à discriminação (PLC 122/06). Os debates foram promovidos principalmente pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde o projeto tramitou antes de chegar à CAS. A CDH é a próxima a votar a proposta, e a relatora na comissão também é Fátima Cleide.

Apesar do tom pacífico em torno da rejeição a qualquer tipo de preconceito baseado na opção sexual das pessoas, os debates demonstraram como o tema é polêmico, com farta argumentação, favorável e contrária à proposta.

Representantes de entidades ligadas aos direitos dos homossexuais cobraram maior proteção legal e do poder público para impedir que sejam vítimas de violência. Já padres e pastores defenderam a rejeição do projeto, por considerar que a liberdade religiosa e de opinião ficariam ameaçadas.

Senadores afirmam que matéria é inconstitucional

O texto apresentado pela relatora, senadora Fátima Cleide, já começa a ser alvo de críticas em Plenário. Um dia após a aprovação na CAS, os senadores Marcelo Crivella, Magno Malta e Valter Pereira (PMDB-MS) denunciaram suposta manobra na votação na comissão. Isso porque o projeto foi incluído na pauta de última hora e, para ser votado, foi preciso, antes, aprovar requerimento da relatora que dispensava a realização de um debate sobre o assunto solicitado por Crivella. Ele criticou a suspensão da audiência pública, especialmente por se tratar de um projeto polêmico.

Além da forma como a pro-

posta foi aprovada – Crivella não estava presente à reunião da Comissão de Assuntos Sociais –, o senador ainda acusa o projeto de inconstitucional, por contrariar o direito à liberdade de expressão e religiosa.

– Isso fere todo sacerdote, todo padre, todo pastor; fere todo pai, todo cidadão que queira ensinar ao filho que o homossexualismo é pecado. Não pode mais porque passa a ser crime – disse o parlamentar, que também considera que a discriminação contra homossexuais já está prevista pelo texto constitucional, ainda que não de maneira explícita.

Para Magno Malta, que apresentou relatório pela rejeição do

projeto na CAS, a proposição cria uma “casta especial”.

– A discussão não é religiosa. Trata-se de um projeto de lei inconstitucional. Precisamos debater a questão com a sociedade, e essa Casa precisa votar com a sociedade – disse.

Valter Pereira, por sua vez, observou que o projeto pode fomentar, inclusive, conflitos entre pais e filhos, caso filhos homossexuais decidam questionar a educação que receberam dos pais de acordo com padrões heterossexuais.

– Se essa matéria for aprovada por essa Casa e se o presidente não vetar, ela vai nos colocar no anedotário internacional.



Fátima Cleide: atualmente não há lei específica para coibir discriminação por orientação sexual ou gênero



Marcelo Crivella: projeto fere direito à livre expressão, e pastores não poderão condenar o homossexualismo

agora é lei

Combate ao trabalho escravo

Foi sancionada no final de outubro a lei que cria o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, em 28 de janeiro, e a Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, que em 2010 será de 24 a 30 de janeiro. A Lei 12.064/09 nasceu de proposta do senador José Nery (PSOL-PA) e presta uma homenagem aos auditores fiscais do trabalho João Batista Lages, Eratóstenes Gonçalves e Nelson da Silva, e ao motorista Ailton de Oliveira. Os quatro foram mortos a tiros na zona rural de Unaí (MG), em 2004, quando faziam uma operação de fiscalização de denúncia de trabalho escravo.

Atualmente, quem explora esse tipo de mão de obra pode ser punido com dois a oito anos de prisão, e ter o nome na “lista suja” do Ministério do Trabalho, que pune reincidentes com restrições de crédito. Na última atualização, feita em julho de 2009, 175 empresas faziam parte do cadastro de infratores.

SOCIEDADE ATENTA AO TEMA

Os canais de contato direto entre o cidadão e o Senado registram que o PLC 122/06, que amplia as punições à discriminação, é o tema mais comentado entre as propostas em tramitação na Casa, de acordo com o Alô Senado (0800 61 22 11), da Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública (Sepop). Pesquisa do DataSenado apontou que 70% dos entrevistados concordam com a aprovação do projeto que criminaliza a homofobia.

POLÍTICA PÚBLICA

Lançado em junho de 2003, o programa Brasil sem Homofobia, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, prevê ações que envolvem dez ministérios e secretarias do governo federal, além de entidades da sociedade civil. O programa acompanha a criação de centros em todo o país para disseminar informações sobre direitos e promover a autoestima dos homossexuais, além de estimular a denúncia de violações de direitos humanos.

decisões

Moçambique receberá R\$ 13,6 mi do Brasil para combate à Aids

As comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram, em decisão terminativa, projeto que autoriza a União a doar R\$ 13,6 milhões a Moçambique. Os recursos devem ser utilizados na primeira fase de instalação de uma fábrica de medicamentos que impedem a multiplicação do vírus da Aids, os chamados antirretrovirais. O relator na CRE, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), apresentou voto favorável ao projeto (PLC 193/09).

Conforme a justificativa da proposta de doação, os medicamentos a serem produzidos em Moçambique poderão evitar a morte de cerca de 300 mil pessoas que necessitam de tratamento com antirretrovirais.

Para os brasileiros que possam questionar o fato de o governo doar os recursos,

mesmo com os serviços de saúde no Brasil necessitando de investimentos, Augusto Botelho (PT-RR) explicou que “a nação brasileira faz isso para impedir a morte de milhares de portadores de Aids naquele país africano”. Posição semelhante foi defendida por Renato Casagrande (PSB-ES).

Também Eduardo Suplicy (PT-SP), Pedro Simon (PMDB-RS), João Tenório (PSDB-AL) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) apoiaram a doação, destacando que a medida é exemplo de solidariedade e ajuda humanitária que o Brasil dá ao mundo. Heráclito Fortes (DEM-PI) lembrou a ação do então ministro José Serra, no governo de Fernando Henrique Cardoso, para combater o monopólio então existente na fabricação de medicamentos usados no combate à Aids.

Comissão aprova projeto que cria vacinação voluntária nas empresas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto de lei que permite às empresas estabelecidas no país fornecer vacinas a seus empregados e dependentes. Os dados relativos à cobertura da vacinação e eventos adversos devem ser comunicados às autoridades de saúde, sempre que solicitados. A proposta é do deputado Nelson Proença (PPS-RS), foi relatada na CAS pelo senador Augusto Botelho (PT-RR) e ainda será examinada em Plenário.

Pelo projeto (PLC 97/01), que institui o Programa Voluntário de Vacinação (PVV), as vacinas não poderão ter natureza salarial ou se incorporar à remuneração do empregado para qualquer efeito, nem constituir base de incidência de contribuição previdenciária

ou para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. A proposta determina que a participação financeira dos empregados e de seus dependentes fica limitada a 20% do custo direto do benefício concedido.

A CAS decidiu realizar audiência pública para discutir as questões relativas às pessoas portadoras de autismo, conforme pedido do senador Paulo Paim (PT-RS).

A presidente da comissão, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), salientou a importância do debate sobre o tema para que esses brasileiros não sejam tratados como doentes mentais. Paim sugeriu que, além de especialistas, sejam convidadas também para o evento pessoas que têm experiência com familiares autistas.



Jereissati (E), presidente da subcomissão, e Jarbas Vasconcelos na reunião em que foi aprovado debate sobre Forças Armadas

Definidos temas para o combate à criminalidade

Subcomissão Permanente de Segurança Pública terá trabalhos norteados por sete temas, distribuídos entre sub-relatores

O presidente da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, Tasso Jereissati (PSDB-CE), anunciou na última quinta-feira a relação de sub-relatores e seus respectivos temas de trabalho voltados ao combate à criminalidade e ao aperfeiçoamento do sistema de segurança pública no país.

Vinculada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a subcomissão também aprovou dois pedidos de audiência pública.

Uma delas discutirá o papel das Forças Armadas na defesa das fronteiras nacionais, com ênfase no combate ao tráfico de drogas e de armas. Para o debate, serão convidados o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa.

Jereissati informou que sete temas deverão nortear a atuação da subcomissão, sendo distribuídos entre os seguintes sub-relatores: tráfico de armas e controle das fronteiras – César

Borges (PR-BA); tráfico de drogas, com especial atenção para o combate ao crack – Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE); Sistema Nacional de Segurança Pública – Romeu Tuma (PTB-SP); sistema penitenciário – Aloizio Mercadante (PT-SP); crime organizado – Osmar Dias (PDT-PR); acompanhamento da execução orçamentária na área de segurança pública – Marconi Perillo (PSDB-GO); Estatuto da Criança e do Adolescente – Pedro Simon (PMDB-RS).

Senadores debaterão mudança nos órgãos de segurança

O segundo pedido de audiência pública aprovado pela Subcomissão de Segurança Pública servirá para instruir a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 21/05) que reestrutura os órgãos de segurança pública. O pedido foi apresentado pelo senador Romeu Tuma, sub-relator do Sistema Nacional de Segurança

Pública e relator da PEC na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A PEC 21/05 foi proposta por Tasso Jereissati e, entre outras medidas, estabelece a “desconstitucionalização” das polícias. Contrário à proposta, que classificou como “choque profundo” nas polícias estaduais, Tuma elaborou

parecer pela rejeição da proposta. Ele acredita que a captação de verbas federais para o aparelho de segurança pública estadual poderá ser afetada. Mas nesta semana é esperada a apresentação de voto em separado pelo presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), favorável à proposição.

história



Apesar de ressaltar período democrático vivido atualmente pelo Brasil, Serys lembra que país precisa avançar em muitos setores, como educação e saúde

Senado lembra os 120 anos da República

Serys Slhessarenko (PT-MT) afirmou que o Brasil vive atualmente o período mais democrático na história dos 120 anos de proclamação da República, comemorados em sessão do Plenário da última quinta-feira a pedido do senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Serys disse que o país precisa avançar em muitos setores, ao lembrar que o Brasil ainda registra altos índices de analfabetismo, pobreza e atendimento precário em saúde.

Cristovam afirmou que o processo iniciado em 1889 não

estará completo enquanto o país permanecer socialmente dividido. Ele falou sobretudo sobre a diferença que se expressa na educação e observou que, se no Império as escolas públicas eram reservadas aos filhos da elite, elas foram relegadas às camadas mais pobres da população com o processo urbanizador, tornando-se “escolas de faz-de-conta”.

– Abandonamos a escola pública para os pobres. Abandonamos no sentido de não dar os recursos, de tolerarmos má qualidade, sem reclamar inclusive dos res-

ponsáveis pela má qualidade.

Marco Maciel (DEM-PE) citou o jurista Fábio Konder para assinalar que o movimento republicano nasceu no Brasil sob o signo da democracia. Ele acrescentou que, antes de ser apenas um movimento militar contra o Império, é sabido que surgiu da inspiração de ideias e aspirações democráticas.

– Essas aspirações democráticas nascidas com a República continuaram a inspirar o pensamento republicano e a clamar pelo aprimoramento do regime.

debates

TRIBUNAL DE CONTAS

O governo acusa o Tribunal de Contas da União de atrasar obras públicas porque vê no TCU a influência do Democratas, afirmou o diretor da organização Transparência Brasil, Claudio Abramo. Ele defendeu, em audiência das comissões de Constituição e Justiça e de Meio Ambiente, que a fiscalização é muito melhor se feita pela oposição e que as comissões de fiscalização do Legislativo deveriam ser sempre comandadas por ela.

COMERCIÁRIOS

O compromisso do Legislativo com a proteção dos direitos dos comerciantes foi destacado pela presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), em audiência pública sobre a regulamentação da profissão promovida pela CAS. Para Rosalba, é essencial que haja leis capazes de assegurar proteção à força de trabalho no Brasil, como condição inclusive para que o país possa crescer e gerar riquezas.

FRIGORÍFICOS

Representantes do governo e sindicalistas defenderam a melhoria das condições de trabalho nos frigoríficos, entre as quais a redução da jornada para seis horas diárias. Eles participaram de audiência na Comissão de Direitos Humanos e relataram a incidência de grande número de acidentes e doenças causadas pelas condições de trabalho nas indústrias de alimentação. Paulo Paim (PT-RS) anunciou a apresentação de projeto fixando em seis horas a jornada em frigoríficos.

LAVOURA CACAUEIRA

César Borges (PR-BA) voltou a cobrar do governo federal providências para salvar a lavoura de cacau, especialmente a do estado da Bahia, que detém cerca de 80% da produção nacional. Segundo ele, o baixo preço internacional do cacau, a praga vassoura-de-bruxa, o endividamento dos produtores e a falta de tecnologia para criar sementes mais resistentes "estão agravando ainda mais a crise na produção de cacau".

BIOCOMBUSTÍVEIS

A mudança da tributação para estimular o crescimento da produção de biocombustíveis foi um dos assuntos discutidos na reunião da Comissão de Infraestrutura promovida pelo grupo de trabalho que deverá elaborar uma nova proposta de marco regulatório para o setor. Uma das medidas sugeridas é a unificação das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pagas pelos produtores de etanol.



FOTOS: GERALDO MAGELA

Paula Kovarsky afirma que mercado não oferecerá preço melhor sem saber detalhes da operação, como, por exemplo, o critério para emissão de ações, se será pelo preço médio ou se haverá prêmio

Petrobras precisa informar melhor sobre capitalização

Para especialistas, empresa não terá dificuldade em obter recursos para explorar o pré-sal se esclarecer o mercado

A Petrobras não terá dificuldades para obter do governo federal e dos demais acionistas recursos para sustentar seus investimentos, em especial os necessários para a exploração da chamada área do pré-sal. A opinião é de especialistas ouvidos pela Comissão de Infraestrutura, presidida por Fernando Collor (PTB-AL). Entretanto, eles apontam a necessidade de a Petrobras fornecer mais informações ao mercado antes da venda das ações.

– Na dúvida, o mercado obviamente não

oferecerá os preços mais elevados. O mercado ainda nem sabe sequer qual será o critério a ser usado na emissão das ações. Não sabe se será pelo preço médio nem se haverá prêmio – observou a engenheira de produção Paula Kovarsky, que lidera a área de Análise Petróleo e Petroquímicos no Itaú Securities.

Collor afirmou que a Petrobras tem que se capitalizar e acredita que a empresa oferecerá ao mercado todas as informações para que os investidores se sintam mais seguros.

Controle da emissão de gases exige recursos

Os teores de carbono nos poços do pré-sal são variáveis, o que exigirá da Petrobras enormes investimentos para equilibrar a emissão de gases com o avanço da exploração de petróleo na região, plataforma continental que vai do Espírito Santo a Santa Catarina.

A informação foi dada pela gerente-geral de Segurança, Saúde e Meio Ambiente da Petrobras, Beatriz Espinosa, na audiência da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) que discutiu os mecanismos de compensação

de emissão de gases devido à extração de petróleo da camada pré-sal.

– Todo processo de captura [de carbono] envolve tecnologias pioneiras e compreende grandes investimentos da Petrobras para contornar a emissão de carbono na atmosfera. Cada campo tem teor diferenciado. Não é uma tecnologia isolada, mas um conjunto que tem que ser aplicado a cada campo – afirmou Beatriz.

Estiveram ainda na audiência representantes dos ministérios de Minas e Energia, Ciência e Tecnologia, e Meio Ambiente.

Oposição se retira da CPI da estatal

PSDB e DEM anunciaram oficialmente sua saída da CPI da Petrobras, alegando que o governo estaria impedindo qualquer investigação no colegiado. Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou em discurso que “o roubo é de bilhões de dólares” nas grandes obras administradas pela estatal, mas o governo não aceita que ela seja investigada. Por isso, os partidos de oposição decidiram deixar a CPI da Petrobras.

O relator da CPI, Romero Jucá (PMDB-RR), disse, ao final do depoimento do presidente da empresa, Jose Sergio Gabrielli, que a oposição teria, na verdade, que elogiar a cúpula da comissão se acompanhasse os trabalhos até o fim. Jucá afirmou que entregará o relatório final em, no máximo, duas semanas.



Presidente da Petrobras (C): problemas decorrem de choque entre normas

Gabrielli contesta TCU sobre irregularidades

Em audiência na CPI da Petrobras, o presidente da estatal, Jose Sergio Gabrielli, falou sobre as denúncias apresentadas no requerimento de criação da CPI e disse que a maior parte das irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) diz respeito à divergência quanto ao regime legal de licitações a ser adotado pela empresa.

Gabrielli explicou que o TCU considera inconstitucional o Decreto 2745/98, editado para regular a atuação da Petrobras no regime de concessões, entendendo que a estatal deveria cumprir a Lei Geral de Licitações (Lei 8666/93), bem mais rígida.

ambiente legal

Desmatamento cai na Amazônia

O governo federal anunciou uma redução de 45% da área desmatada na Amazônia entre 2008 e 2009, o menor desmatamento nos últimos 21 anos. O desflorestamento passou de 12.911 quilômetros quadrados para um total estimado em 7.008 quilômetros quadrados neste ano, o que ainda corresponde a uma área maior que a do Distrito Federal. “A queda é importante, mas ainda está se derrubando muita floresta na Amazônia”, diz Paulo Adário, diretor do Greenpeace.

São Paulo tem plano para mudança climática

A redução de 20% da emissão de gases de efeito estufa até 2020, tendo por base o ano de 2005, é a meta da Política Estadual de Mudanças Climáticas (Pemc), sancionada pelo governador de São Paulo, José Serra. A medida permite que o estado participe da Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática, que será realizada em Copenhague, em dezembro.

Nova lei incentiva setores mais limpos

A nova lei paulista prevê incentivos econômicos aos setores mais limpos, bem como desestímulo aos mais poluentes. Políticas públicas deverão priorizar o transporte sustentável, incluindo ciclovias, programas de

carona solidária e inspeção veicular. “Vamos atuar em múltiplas áreas, desde a tecnologia, que permite a mudança para uma fonte de energia renovável, até a economia de energia”, disse José Serra.

Agricultura quer reduzir aquecimento

A atividade agrícola pode reduzir bastante suas emissões, segundo afirmou o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, ao admitir que o setor é responsável por mais de metade da emissão de gases de efeito estufa no Brasil. O ministro disse que a produção conseguirá reduzir mais de 160 milhões de toneladas desses gases por ano com a adoção de práticas como o plantio direto, desde que haja fontes de financiamento.

Rede de hotéis faz economia verde

A rede internacional de hotéis Marriott planeja ampliar sua cadeia de hotéis verdes para 500 estabelecimentos. Um novo *design* sustentável será implantado nos 450 novos hotéis da rede, economizando US\$100 mil por construção e reduzindo o consumo de água e energia a 25%. A empresa calcula que a despesa adicional com tecnologias verdes será ressarcida em dois anos.

decisões

Empréstimo para aposentado não pode ter juros maiores

Ficará proibida a cobrança de taxas de juros para empréstimos com descontos em folha de pagamento de aposentados e pensionistas maiores que as cobradas de trabalhadores da ativa. A determinação é do PLS 565/07, de Paulo Paim (PT-RS), aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O texto segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será analisado em caráter terminativo.

Paim argumenta que a cobrança de taxas de juros mais altas para aposentados e pensionistas em empréstimos com desconto em folha caracterizaria discriminação contra a pessoa idosa. Essa infração, lembrou ele, está prevista no Estatuto de Idoso (Lei 10.471/03), além de ser uma injustiça contra

pessoas que contribuíram por toda a vida para o crescimento da economia e para o desenvolvimento do país.

Para o relator, João Tenório (PSDB-AL), o objetivo do projeto é nobre e socialmente justo e se justifica, em termos econômicos, pelo fato de as operações terem risco de inadimplência quase nulo.

– Inclusive o risco para aposentados e pensionistas é até menor, pois os trabalhadores da ativa podem perder o emprego, o que inviabiliza o desconto em folha e aumenta o risco de não pagamento, enquanto aposentados e pensionistas têm renda garantida até o fim da vida – ponderou.

Para Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a proposta faz justiça aos aposentados.

Aprovado na CAE novo sistema de defesa da concorrência

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou a reorganização do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, responsável pela prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica. O relator do projeto (PLC 6/09), Romero Jucá (PMDB-RR), incluiu todas as emendas aprovadas nas duas outras comissões técnicas que examinaram a proposta (PLC 6/09), entre elas a que estabelece que o procurador-chefe e o economista-chefe do órgão devem ser nomeados pelo presidente da República depois de aprovados pelo Senado.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) ficará encarregado de julgar atos suspeitos de ferir a liberdade de iniciativa e a livre concorrência, como os cartéis, e da

decisão final sobre os atos de concentração econômica (compras e fusões de empresas que aumentam a participação da nova empresa no mercado).

O projeto ainda cria o controle prévio dos atos de concentração, com prazos fixos e mais rápidos. A intenção é evitar que o Cade, depois de longa demora no julgamento, determine a reversão de compras de empresas muito tempo depois das operações terem sido efetivadas, com prejuízos para as partes envolvidas.

O projeto segue para exame na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto contém ainda sugestões de entidades não governamentais, como o Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (Ibrac).

Lei delegada de 1962, já superada, pode ser extinta

A extinção da Lei Delegada 4, assinada em setembro de 1962 pelo então presidente João Goulart, foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos. Essa lei dá ao governo federal poderes de total intervenção na economia, inclusive para comprar ou desapropriar bens destinados “ao consumo do povo”.

O projeto (PLC 68/09) foi apresentado em 1997 pelo então deputado Ricardo Izar. O relator da matéria na CAE, Osmar Dias (PDT-PR), lembra que o artigo 174 da Constituição prevê que o Estado será “agente normativo e regulador da atividade econômica”, exercendo apenas funções de fiscalização, incentivo e planejamento.

O projeto original extinguiu também a Lei Delegada 5, que criou e organizou a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab). Osmar Dias entende que essa lei não produz mais qualquer efeito econômico, pois a Sunab foi extinta por um decreto de 1997 e seu inventário já está concluído. Por isso, o relator apresentou um substitutivo que trata apenas da extinção da Lei Delegada 4.

A matéria já foi aprovada na Câmara dos Deputados e ainda será examinada por mais duas comissões no Senado: de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Nessa última, receberá decisão terminativa.



Dornelles (E, com Casagrande e Jucá): primeiro grande passo para a correção de injustiças no sistema tributário

IPI, Cofins e PIS/Pasep poderão ser devolvidos

Projeto determina que o imposto recolhido sobre insumos comprados pela empresa seja compensado no imposto devido, aumentando a desoneração

Proposta de iniciativa da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade, instalada pelo Senado no início da recente crise financeira mundial, foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De Francisco Dornelles (PP-RJ), o projeto (PLS 441/09) amplia a isenção em relação a três tributos federais – o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição para o Programa de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep).

Em relação ao IPI, o projeto inclui a compra de bens de uso e consumo e os bens de capital,

como máquinas e equipamentos, entre as operações que podem gerar crédito tributário para compensação posterior. Atualmente, as indústrias só podem usufruir esse benefício nas aquisições de insumos que entram diretamente no produto final. Ou seja, passa a valer o princípio do crédito financeiro, pelo qual todo bem adquirido pela empresa para sua atividade e que tenha sido tributado pelo IPI gerará crédito, que pode ser usado para quitar esse ou outros tributos.

Francisco Dornelles esclarece que a legislação da Cofins e do PIS/Pasep limita as aquisições que geram crédito. Assim, para reduzir o problema, o projeto estende o direito a crédito a todos os bens e serviços adquiridos.

De acordo com o senador, todas as empresas são prejudicadas pela atual limitação, mas o prejuízo é ainda maior para as exportadoras.

Aprovada em decisão terminativa, a matéria seguirá agora para exame na Câmara dos Deputados. O relator foi Tasso Jereissati (PSDB-CE), autor de emendas para determinar que os créditos tributários sejam corrigidos pela Selic, a taxa de juro básico da economia. Segundo ele, os ressarcimentos em geral demoram muito e são feitos sem qualquer correção, existindo diversas decisões judiciais no sentido de que a atualização monetária é devida quando decorrer de resistência “ilegítima” do fisco ao pagamento.

Dornelles comemora aprovação da compensação de tributos

Francisco Dornelles (PP-RJ) comemorou a aprovação, por unanimidade, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de seu projeto que compensa os exportadores pelo excesso de pagamento de tributos.

– O projeto implanta definitivamente a sistemática de

crédito financeiro, que permite às empresas recuperar todo e qualquer tributo federal sobre as compras que realizam, inclusive de bens para uso e consumo próprio e para o ativo permanente – explicou.

Dornelles observou ainda que sua proposta poderá contribuir

para atenuar os efeitos do câmbio valorizado, promovendo uma redução do custo Brasil.

– O projeto aprovado pela CAE constitui um primeiro, importante e grande passo para a correção de equívocos e injustiças perpetuadas há décadas no sistema tributário – disse.

MARCHA POR 40 HORAS

Manifestantes organizados na 6ª Marcha da Classe Trabalhadora reuniram-se na quarta-feira, em frente ao Congresso Nacional, para pedir a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 231-A/95) que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução dos salários. Pronta para ser votada pelo Plenário da Câmara, a PEC foi apresentada pelos então deputados e atualmente senadores Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Paulo Paim (PT-RS), entre outros.

VALE-CULTURA

Por falta de acordo, a CAE adiou a decisão sobre o projeto do governo que cria o Vale-Cultura para trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos (PLC 221/09). As empresas que aderirem ao Programa Cultura do Trabalhador pagarão o benefício de R\$ 50, a ser compensado no pagamento do Imposto de Renda, até o limite de 1% do que for devido. Como está sob regime de urgência, o texto deve trancar a pauta do Plenário a partir de 12 de dezembro.

ISENÇÃO DO IPI

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto que concede igualdade de tratamento entre os veículos nacionais e os importados dos países integrantes do Mercosul, no que se refere ao crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), quando esses carros são vendidos com isenção para taxistas ou para pessoas com deficiência. A matéria, que foi encaminhada ao Congresso pelo Executivo, segue para sanção do presidente da República.

plenário

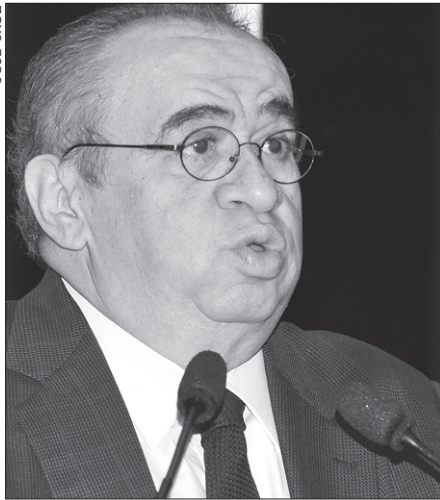
Apagão: Heráclito aponta "arrogância" do governo

Para senador, falta humildade aos gestores, que precisariam criar um comitê para investigar o incidente. E sugere: Dilma deveria enfrentar o problema

Heráclito Fortes (DEM-PI) criticou a "arrogância com que o governo tratou de retirar de seus ombros" a responsabilidade pelo apagão que deixou sem energia elétrica 40% da população brasileira na terça-feira passada. O governo, na avaliação de Heráclito, pode não ter cometido omissão, mas, como observou, é o gestor do setor elétrico e deveria ter investido na expansão das redes. Segundo o senador, somente cerca de 30% do necessário foram investidos durante a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Para ele, o governo deveria ser mais humilde e instalar um comitê de crise para investigar o caso, já que não se pode esquecer as pessoas vitimadas pelo incidente, com prejuízos para o empresariado.

– Querer tratar o episódio como



Heráclito condena o governo por indicar aliados políticos para direção de estatais de energia

um microincidente é debochar do povo brasileiro – disse.

Para Heráclito, o governo "politiza" o setor de energia, preenchendo a direção das empresas por critérios políticos.

Ele também criticou a tentativa de blindar a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, no episódio. Em sua avaliação, se ela está sendo preparada para a Presidência, deveria enfrentar o problema, e não ser poupada.

Heráclito classificou de hilária a declaração de Lula de que o mensalão teria sido uma "sabotagem" ao governo. O mensalão, disse ele, é fruto da cobiça de pessoas que assumiram o poder sem preparo, com o fim de formar caixa para eleição futura. Se não tivesse havido o problema, afirmou o senador, o presidente teria preservado as pessoas em seus cargos.

Tuma quer que Polícia Federal investigue causa do blecaute

Corregedor do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP) solicitou, por carta, ao ministro da Justiça, Tarso Genro, que o Departamento de Polícia Federal investigue as causas do "apagão elétrico" ocorrido na semana passada em 18 estados.

De acordo com o senador, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) disse que o desligamento ocorreu no sistema de transmissão entre Paraná e São Paulo, provocando efeito cascata.

Romeu Tuma afirmou que a PF tem profissionais especializados, principalmente no Instituto de Criminalística, para apurar as causas do apagão elétrico, por meio de perícia, identificação e

até para fazer o possível indiciamento dos responsáveis.

Governistas elogiam ação; oposição critica

Durante a semana, o tema foi recorrente no Plenário. Enquanto a oposição cobrou explicações, governistas destacaram os investimentos feitos para dotar o sistema de distribuição de energia elétrica do máximo de confiabilidade.

José Agripino (DEM-RN) atribuiu o apagão ao modelo instituído por Dilma Rousseff quando era ministra de Minas e Energia, no que foi contestado por Renato Casagrande (PSB-ES). Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que solicitará a presença de Dilma e

do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, na Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Já Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) entende que o governo não pode ser responsabilizado. Aloizio Mercadante (PT-SP) enfatizou que o episódio não se compara à crise de 2001, que levou ao racionamento de energia. "Temos um sistema de transmissão robusto", garantiu.

O presidente do Senado, José Sarney, não vê indício de sabotagem no apagão por não haver clima para isso no Brasil. Para ele, o mais provável é que o blecaute seja fruto de fragilidade de um sistema elétrico que precisa ter uma concepção mais moderna.

Lúcia Vânia : mais tempo na escola é saída contra o crack

Por conta do aumento do consumo de crack, Lúcia Vânia (PSDB-GO) apontou a escola de tempo integral como alternativa para reduzir as chances de envolvimento dos alunos com as drogas. E sugeriu ainda a incorporação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

– O Peti propiciará à família uma ajuda para que a criança fique na escola em tempo integral. Assim, a chance de ela se envolver com o crime é reduzida – justificou.

O Peti foi criado quando Lúcia Vânia era secretária nacional de

Assistência Social. Atualmente, o programa integra o Bolsa Família, que fundiu os benefícios sociais de complemento de renda.

A senadora usou dados que apontam que o crack vem se tornando uma epidemia. No Pronto-Socorro Psiquiátrico Professor Wassily Chuc, de Goiânia, o número de dependentes de crack triplicou nos últimos três anos. Enquanto isso, a Delegacia de Repressão a Narcóticos de Goiás apreendeu 28kg da droga em 2007, número que saltou para 110kg em 2008. A senadora destacou ainda a nítida relação entre o consumo de crack e a violência.

Para Collor, estados produtores de petróleo excedem na ambição

"A riqueza petrolífera na plataforma continental não pode ser tão sofregamente reivindicada pelos estados produtores." A afirmação é do senador Fernando Collor (PTB-AL), para quem os estados produtores já se beneficiam do petróleo. Exemplificando, ele mencionou a geração local de emprego e renda, assim como a atração de novos empreendimentos ligados à cadeia petrolífera.

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), Collor ofereceu as informações coletadas nos quatro debates da comissão sobre o marco regulatório do pré-sal com o fim de embasar as novas

regras para o setor.

– Não há por que não fazê-lo do modo correto e transparente, inaugurando uma caminhada que tem tudo para constituir-se em nossa definitiva entrada na maturidade econômica e, por essa porta, na terra da perene justiça social.

Collor lembrou que tramitam na Câmara quatro projetos do Executivo para fazer frente à exploração do pré-sal. O senador também disse que as descobertas de petróleo e de gás na camada do pré-sal, uma vez confirmadas, poderão triplicar ou quadruplicar o volume atual das reservas petrolíferas nacionais.

SIMON RECOMENDA MODÉSTIA

Segundo Pedro Simon (PMDB-RS), o apagão servirá para que o presidente Lula "diminua a soberba, seja mais modesto e baixe o tom".

– Não vejo o apagão como uma desgraça transformada em bandeira política. Os técnicos irão explicar. O fato serve para demonstrar que Lula não é o dono da verdade – afirmou. Simon também estranhou a fala de Lula de que o mensalão foi obra da oposição e não existiu.

APOSENTADOS

Mão Santa (PSC-PI) criticou o adiamento da votação dos projetos que beneficiam os aposentados brasileiros. O parlamentar informou que a Câmara pretende examiná-los só após a votação do marco legal do pré-sal.

– O que é que aposentado tem a ver com pré-sal? – perguntou. Para ele, ao "prejudicar os idosos", o governo Luiz Inácio Lula da Silva está desestruturando a família brasileira.

projetos aprovados

De 9 a 13 de novembro

De 9 a 13 de novembro		
Plenário	<p>➔ PLS 63/03, de Paulo Paim (PT-RS) – Altera a LDB para instituir a Comissão Nacional de Avaliação de Material Didático. Vai à Câmara.</p> <p>➔ PLS 33/09, de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) – Inscreve o nome do senador Pinheiro Machado no Livro dos Heróis da Pátria. Vai à Câmara.</p> <p>➔ PLC 122/09 – Cria o Dia Nacional de Luta contra o Câncer de Mama. Vai à sanção.</p> <p>➔ PLC 154/09 – Institui a data de 18 de março como o Dia Nacional da Imigração Judaica. Vai à sanção.</p> <p>➔ PLS 381/09, de Cícero Lucena (PSDB-PB) – Autoriza a criação do <i>campus</i> do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba em</p>	<p>Piancó. Vai à Câmara.</p> <p>➔ PLS 224/09, de Efraim Morais (DEM-PB) – Autoriza a criação do <i>campus</i> do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba em Mamanguape. Vai à Câmara.</p> <p>➔ PLS 197/09, do senador Efraim Morais – Autoriza a criação do <i>campus</i> do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba em Esperança. Vai à Câmara.</p> <p>➔ PLS 650/07, de Marconi Perillo (PSDB-GO) – Autoriza a criação da Universidade Federal do Sudoeste de Goiás em Jataí. Vai à Câmara.</p> <p>CCJ</p> <p>➔ PLS 89/09, de Magno Malta (PR-ES) – Qua-</p>
<p>➔ PRS 73/09 – Introduz critério alternativo para o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada dos estados. Vai à promulgação.</p> <p>CAE</p> <p>➔ PLS 411/09, de Francisco Dornelles (PP-RJ) – Inclui os bens de uso e consumo e os bens de capital, como máquinas e equipamentos, entre os itens que podem gerar crédito de IPI. Vai à Câmara.</p> <p>➔ PLC 190/09 – Isenção fiscal do IPI para veículos do Mercosul. Vai à sanção.</p> <p>CE</p>	<p>lifica como hediondos determinados crimes previstos no Código Penal Militar, além de aumentar suas penas. Vai à Câmara.</p> <p>➔ PLS 30/08, de Kátia Abreu (DEM-TO) – Estipula que o cumprimento da pena privativa de liberdade seja iniciado em regime fechado. Vai à Câmara.</p> <p>➔ PLS 421/08, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) – Trata de regime para progressão de pena. Vai à Câmara.</p> <p>CRE</p> <p>➔ PLC 193/09 – Autoriza a União a doar R\$ 13,6 milhões a Moçambique para instalação de fábrica de medicamentos que impedem a multiplicação do vírus da Aids. Vai à sanção.</p>	

institucional

Mais segurança no processo legislativo

No futuro, com certificação digital o senador poderá apresentar projeto de onde quer que esteja, por meio de um computador conectado à internet

O Senado ampliou na semana passada o uso de novas tecnologias para tornar o seu processo legislativo mais eficiente, transparente e democrático. Nessa etapa, foi introduzida a certificação digital, para que textos que fazem parte do processo legislativo, desde a apresentação do projeto até o envio da nova lei para sanção ou promulgação, possam tramitar inteiramente em versão eletrônica, evitando duplicidade de versões e riscos de perda de informação oficial entre as análises e votações nas comissões.

– A assinatura digital dará segurança à informação e facilitará a consulta aos textos oficiais. É a tecnologia a serviço de um processo legislativo que cumpra seu objetivo: dar à discussão sobre as leis do país as condições de racionalidade

e previsibilidade essenciais em um ambiente de democracia – afirma a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra.

O texto das propostas legislativas, antes do início da implantação desse sistema, era impresso e entregue na Secretaria-Geral da Mesa, que fazia a leitura da proposta em Plenário, protocolava o processo e mandava o material para impressão. O problema é que a versão em papel era a única com a assinatura original do senador e o protocolo válidos. A partir daí, as versões eletrônicas tinham que se basear nessa versão impressa, com muitas limitações para divulgação em redes de computador.

– A política de gestão do processo legislativo eletrônico, definida este ano em Ato da Mesa do Senado, também vai trazer a redução das impressões e do tamanho dos ar-

quivos, que hoje demandam muito espaço para armazenamento e são de recuperação mais lenta e menos eficiente – explica Claudia Lyra, gestora dessa política.

O planejamento, definido pelo Prodasen, prevê a unificação do sistema para que todos os agentes envolvidos – Secretaria-Geral da Mesa, gabinetes, consultorias, gráfica, além de órgãos externos, como Câmara dos Deputados, Tribunal de Contas da União, Presidência da República e tribunais superiores – possam lidar com o documento original.

Claudia Lyra destaca que, assim, o Senado poderá alcançar a meta estipulada pelo Centro Global para Tecnologia de Informação e Comunicação no Parlamento (*E-Parliament*) para os legislativos do mundo inteiro.

Senado apresenta os vencedores do II Concurso de Redação

Com o tema “Muito prazer, sou cidadão de uma República chamada Brasil”, o II Concurso de Redação do Senado promoveu a



reflexão sobre a importância do Estado democrático de direito e sobre como ser cidadão nas ações cotidianas. A atividade contou com a participação de estudantes dos dois últimos anos do ensino médio, regularmente matriculados em qualquer escola pública estadual ou distrital. Mais de 17 mil escolas do país estiveram envolvidas no processo.

Intitulada “O jogo da democracia”, a redação de Simone Maria Gatto, aluna da Escola Estadual de Ensino Médio Prof. Wilson Luiz Maccarini, da cidade de Casca (RS), foi a primeira colocada. O segundo lugar ficou com Denise Santos de Oliveira, aluna do Centro de Ensino Médio

1 de São Sebastião (DF), com a redação “Terra de mil cicatrizes”. Gabriela Vilaça Alves, da Escola Estadual Quinto Alves Tolentino, localizada na cidade de Cláudio (MG), foi a terceira colocada com a redação “Ser cidadão de uma República chamada Brasil”.

As alunas classificadas nos três primeiros lugares receberam *notebooks* como prêmios e suas respectivas escolas serão premiadas com computadores, livros, CDs e um *kit* com as publicações do Senado. A premiação ocorrerá durante a comemoração do Dia da Bandeira, nesta quinta-feira, no Salão Negro do Congresso, com a presença dos 27 finalistas de todos os estados.

ARTE POPULAR LATINA

O programa Senado Cultural promove exposição, na Biblioteca do Senado, de peças tradicionais de arte popular representando Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guatemala, México, Paraguai, Peru e Uruguai. As peças – trajes, tecidos, bordados, máscaras, estandartes e instrumentos musicais – representam uma pequena parte da coleção permanente do Pavilhão da Criatividade do Memorial da América Latina.

LEI MARIA DA PENHA

A farmacêutica Maria da Penha Fernandes, que deu nome à lei que combate a violência contra a mulher (Lei 11.340/06) participou, no estande do Senado, da 13ª Feira Pan-Amazônica do Livro, em Belém. Ela autografou publicações fornecidas pelo senador José Nery (PSOL-PA) com a íntegra da lei. A farmacêutica foi baleada pelo marido em 1983 e ficou paraplégica. Sua luta por justiça culminou com a condenação do agressor a 15 anos de prisão.

presidência



JANIE ARAÚJO

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu o ministro dos Transportes e Comunicações do Peru, Enrique Cornejo, com quem conversou sobre um pacto para a redução de armamentos entre os países das Nações Sul-Americanas (Unasul) proposto pelo presidente peruano, Alan García.

– A América do Sul sempre teve uma tradição de fraternidade entre os povos – disse Sarney ao visitante, prometendo apoiar a iniciativa, assim como conversar com o presidente Lula a respeito do assunto.

O governo peruano está preocupado com a corrida armamentista caracterizada por compras de equipamentos bélicos por países do continente. Em defesa do protocolo, Alan García diz que esse é um dinheiro que poderia ser aplicado na mitigação da pobreza na região.

De acordo com o ministro peruano, Alan García estima que é possível, nos próximos cinco anos, reduzir em 3% os gastos com armamentos na América do Sul, ampliando simultaneamente os investimentos em programas sociais, o que propiciaria a 10 milhões de sul-americanos sair da linha da pobreza.

Pressa na votação da redução da jornada trabalhista

Acompanhados de Paulo Paim (PT-RS), o deputado Paulinho da Força Sindical (PDT-SP) e outros representantes de entidades trabalhistas pediram a José Sarney pressa na votação de projeto que reduz a jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas.

– O presidente Sarney lembrou que foi no governo dele que o Brasil reduziu a jornada de trabalho de 48 para 44 horas – disse Paim.

Estatuto da Igualdade Racial pode ser aprovado

O ministro Edson Santos, da Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial, o senador Paulo Paim e o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) informaram a José Sarney que obtiveram do senador Demostenes Torres (DEM-GO), presidente da Comissão de Constituição e Justiça e relator do Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03), a garantia de tramitação rápida do projeto. A ideia é assegurar a aprovação do estatuto no Congresso antes de 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

José Sarney recebeu o presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado (Anape), Ronald Bicca, e o advogado-geral da União substituto, Evandro Costa Gama. Eles vieram agradecer o apoio do Senado no fortalecimento da advocacia pública. Ronald Bicca lembrou que Sarney foi o criador da Advocacia-Geral da União e apoiou a estruturação da carreira de procurador concursado no Amapá, otimizando a defesa daquele estado junto às cortes superiores de Justiça.

– Hoje, já temos três procuradores concursados lotados em Brasília e uma carreira estruturada. Vemos isso como um grande êxito – disse.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Haroldo Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL



Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil
Diagramação: Bruno Bazílio, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3303-3333 e 0800 61-2211 - Fax: 61 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (SEEP) em papel reciclado

programação

O impacto da Aids sobre as mulheres de Uganda

Jornalista brasileira que realizou documentário na África é a entrevistada desta semana do programa *Estação da Mídia*, da Rádio Senado

A autora do documentário *Corrente inquebrável: os efeitos do vírus HIV sobre as famílias*, a jornalista brasileira Fernanda Pires é a entrevistada desta semana do *Estação da Mídia*, da Rádio Senado. O filme, de 25 minutos de duração, foi lançado nos Estados Unidos e mostra como a Aids mudou a vida de cinco mulheres em Uganda, país do centro-leste da África com grande número de

infectados pelo vírus.

A jornalista passou duas semanas em Uganda. Na entrevista, ela fala sobre o drama das vítimas da Aids na África subsaariana e conta as dificuldades para realizar o documentário, que custou US\$ 2 mil.

O drama atinge outros países africanos. Na última quinta-feira, a Comissão de Relações Exteriores do Senado aprovou projeto que autoriza o governo brasileiro

a doar R\$ 13,6 milhões a Moçambique, também afligido pela Aids. O dinheiro será usado para a implantação de uma fábrica de medicamentos que compõem o coquetel anti-HIV.

Estação da Mídia

Senado FM
17/11, terça-feira, às 7h30
Internet: 17/11, terça-feira

Rádio debate gargalos da infraestrutura

A economia brasileira está saindo da crise. Mas a infraestrutura do país está à altura do crescimento econômico previsto para os próximos anos? Para responder à pergunta, o programa *Entrevista Especial* recebe os senadores Fernando Collor (PTB-AL), presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e Delcídio Amaral (PT-MS).



GUILHERME FILHO/SECOMMIT

Família beneficiada com programa Luz para Todos, em Alto Boa Vista (MT): senadores respondem se infraestrutura do país comporta crescimento

Entrevista Especial

Senado FM e OC
16/11, segunda-feira, às 12h
Internet: segunda-feira, 16/11

Lei Maria da Penha começa a mudar cenário de violência

“A gente tem que dar parte, senão vai continuar sempre assim, homem batendo em mulher e ficando por isso mesmo”, afirma uma empregada doméstica ao ser questionada pela repórter sobre o que fazer se houver ameaça de violência dentro de casa. Essa e outras entrevistas serão exibidas em três blocos da reportagem chamada “Violência íntima”, do programa *Repórter Senado*. A estreia é neste sábado, às 13h, com reprises às 20h30 de sábado e às 13h30 e 21h de domingo.

A equipe da TV buscou saber os efeitos da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) desde que entrou

em vigor. Ela coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Ganhou o nome de uma vítima da violência doméstica – Maria da Penha Maia –, que durante 20 anos lutou para ver seu agressor condenado. Paraplégica, ela serve de exemplo para outras mulheres agredidas por marido, irmãos, pais e demais familiares.

Repórter Senado

TV Senado
21/11, sábado, às 13h e 20h30
22/11, domingo, às 13h30 e 21h

Economista analisa agronegócio

Em entrevista à TV Senado, Renato Zandonadi, especialista em economia agrícola, analisa a participação do agronegócio na economia nacional. Essa participação, em alta há vários anos, foi interrompida no final de 2008 com a crise mundial. Apesar das dificuldades, o agronegócio no Brasil é líder destacado no abastecimento mundial de soja, açúcar, café, etanol, carnes e suco de laranja.

Agenda Econômica

21/11, sábado, às 16h30 e 21h30; 22/11, domingo, às 11h30 e 22h

INSS prepara cadastro rural

O Ministério da Previdência Social está elaborando o Cadastro Nacional de Informações Rurais. O ministro José Pimentel explicou aos senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária como o ministério está levantando os dados para o cadastro e que a intenção do governo é facilitar o acesso a benefícios, como aposentadoria rural e licença-maternidade.

Fique por Dentro da Lei

Senado FM
16/11, segunda-feira, às 10h
Ondas Curtas
17/11, terça-feira, às 8h

SÁBADO

1h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia e Inclusão
3h30 - Cidadania
4h - Alô Senado
4h15 - Argumento
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania
6h30 - EcoSenado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
8h - De Coração
8h30 - Cidadania
9h - Alô Senado
9h15 - EcoSenado
9h30 - Leituras
10h - Conversa de Música
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia e Inclusão
12h30 - Encontros
13h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
13h30 - Cidadania
14h - EcoSenado
14h15 - Alô Senado
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Tela Brasil/Salão Nobre
16h30 - Agenda Econômica
17h30 - Encontros
18h00 - Conversa de Música
19h00 - Cidadania
19h30 - Leituras
20h - Alô Senado
20h15 - EcoSenado
20h30 - Especial
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Agenda Econômica
22h30 - Diplomacia e Inclusão
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania
1h30 - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado
2h30 - Agenda Econômica
3h30 - Cidadania
4h - Leituras
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania
6h30 - Alô Senado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
7h30 - Cidadania
8h - Leituras
8h30 - De Coração
9h - Diplomacia e Inclusão
10h - Conversa de Música
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado
11h30 - Agenda Econômica
12h30 - Encontros
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania
14h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Especial
16h30 - Encontros
17h - Diplomacia e Inclusão
18h - Conversa de Música
19h - Cidadania
19h30 - Alô Senado
19h45 - EcoSenado
20h - Especial
20h30 - Leituras
21h - Tela Brasil/Salão Nobre
22h - Agenda Econômica
23h - Parlamento Brasil
23h30 - De Coração
24h - Conversa de Música

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação
22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (40), Manaus (57), Natal (52), NET, Mais TV e Video Cabo Recife (55), Rio de Janeiro (49 e 64) e Salvador (53).
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)
UHF: Brasília (canais 36 e 51), Fortaleza (43), João Pessoa

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:
Satélite: B1
Transponder: 11 A2

Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz
Sistema digital:
Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L):

1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m
PID - Vídeo: 1110
Áudio: 1211
PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate: 3,2143Ms/s
FEC: ¾

Como sintonizar

FM
Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)
ONDAS CURTAS
Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Reforma política

"Analisando a proposta da reforma política, entendo ser prudente o exame de alguns itens. Listas fechadas trazem um risco muito grande para a democracia, pois os caciques partidários poderão indicar para comporem os legislativos os atuais detentores de mandatos eletivos, ou que possuam forte influência partidária. O financiamento público das campanhas não impossibilitará os caixas dois, pois os grandes grupos continuarão investindo naqueles que os defenderão nos legislativos. As coligações devem ser proibidas nas eleições majoritárias e proporcionais. Isso evitaria as alianças sorradeiras e as trocas de favores na divisão de cargos públicos. Outros pontos devem passar por uma análise jurídica profunda, evitando assim uma pseudorreforma que servirá para sangrar mais o erário público e perpetuar os atuais detentores de mandatos."

Sérgio Andrekowitz,
de União da Vitória (PR)

Eleição de suplentes

"Sugiro modificação na forma de eleição para suplentes, pois assim mudaria o grande número de parlamentares que assumem mandato sem passar pelas urnas. Se todos os suplentes fundassem um novo partido formaria a maior bancada no Senado Federal."

Claudir Portella,
de União da Vitória (PR)

Conselho de Comunicação

"Gostaria que os senadores, em especial o presidente do Senado, José Sarney, explicassem o porquê dessa morosidade excessiva para a escolha dos representantes do Conselho de Comunicação Social. No seu artigo 8º, a Lei 8.389 estabelece o prazo de até 60 dias após sua publicação para a eleição dos membros do CCS, e de até mais 30 dias para sua instalação. No entanto, desde dezembro de 2006, o conselho foi desativado e não vejo os senadores tomando qualquer providência."

Thiago Alves Azevedo,
do Rio de Janeiro (RJ)

Interesse público

"Infelizmente, nossa classe política ainda não sabe distinguir o bem público do privado. O projeto do senador Cristovam Buarque que obriga filhos de políticos a estudarem em escolas públicas deixa claro que o objetivo dessa classe é nada mais nada menos que defender seus interesses. Será preciso que seus filhos sejam matriculados em escolas públicas para que a educação pública possa ser lembrada?"

João Médice da Cruz,
de Anápolis (GO)

Concurso de redação

"Parabenizo o Senado pela iniciativa de promover o concurso de redação, estimulando nossos estudantes a refletirem sobre temas importantes da nação brasileira."

Luiz Fernando Natal,
de Jacarezinho (PR)

Ameaça à soberania

A reativação da Quarta Frota dos Estados Unidos e o acordo com a Colômbia para instalação de bases militares neste país constituem uma ameaça à soberania dos países latino-americanos e, principalmente, ao Brasil, que possui a Amazônia e as reservas do pré-sal, que são riquezas imensas e cobijadas por qualquer nação.

Marcos André da S. Gomes,
de Girau do Ponciano (AL)

Lucros do pré-sal

"Os lucros auferidos com as reservas do pré-sal têm de ser distribuídos para todos os estados, de acordo com a necessidade de cada um. Nos estados do Norte e Nordeste, por exemplo, o fosso socioeconômico é gritante em relação às demais regiões do país, por isso defendo que os dividendos do pré-sal tenham que ser canalizados de forma diferenciada para aquelas áreas. Assim, a dívida que o Brasil tem com essas regiões seria de certa forma amenizada."

Valter Júnior,
de Feira de Santana (BA)

frases



O assessor de comunicação de Itaipu falou sobre sistemas. O diretor da Aneel, sobre blecaute. Depois entrou o diretor de Furnas para falar sobre o assunto. Somente uma instituição devia falar: o Operador Nacional do Sistema. Alguns foram dar pitaco como especialistas, e o pitaco virou político, uma verdadeira torre de Babel

Delcídio Amaral, ao criticar declarações desencontradas sobre o apagão.

Culpar o governo por um problema que houve lá em Itaipu é uma grande injustiça. Tenho certeza absoluta que este acidente localizado já está sendo devidamente contornado, e a normalidade da distribuição e do suprimento de energia elétrica será restabelecida o mais rápido possível

Antônio Carlos Valadares, isentando o governo de responsabilidade pelo apagão.

Os valores democráticos devem ser preservados, sobretudo no Parlamento. É evidente que o que se assiste na Venezuela é o contraponto a essa realidade. Seria como se colocássemos macaco em casa de louças

Alvaro Dias, ao criticar Hugo Chávez, que conclamou o povo e o Exército para a guerra.

Isso fere todo sacerdote, todo padre, todo pastor; fere todo pai, todo cidadão que queira ensinar ao filho que o homossexualismo é pecado. Não pode mais, porque passa a ser crime

Marcelo Crivella, sobre o projeto de lei que criminaliza a homofobia.

Está na hora de o governo apontar quem pilotou esse apagão. Temos que respeitar a população que sofreu de maneira direta e indireta com o apagão

Heráclito Fortes, sobre o blecaute que atingiu 18 estados brasileiros.

Não vemos os apagões que estão à luz do dia, só vemos os apagões que aparecem graças à escuridão. O apagão da nossa consciência é do tamanho dos problemas que vivemos

Cristovam Buarque, ao ressaltar que há apagões em outros setores além do elétrico.



WALDEMIR RODRIGUES

A homofobia é a principal causa da discriminação e da violência que se pratica contra homossexuais e transgêneros

Fátima Cleide, ao defender seu parecer.



Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

pergunte ao senador

Mudança no regimento busca um Senado mais objetivo

"Gostaria de saber como está a reforma do Regimento Interno do Senado e quando as alterações passarão a vigorar?"

Galdete Oliveira,
do Gama (DF)

O senador **Gerson Camata (PMDB-ES)** responde:

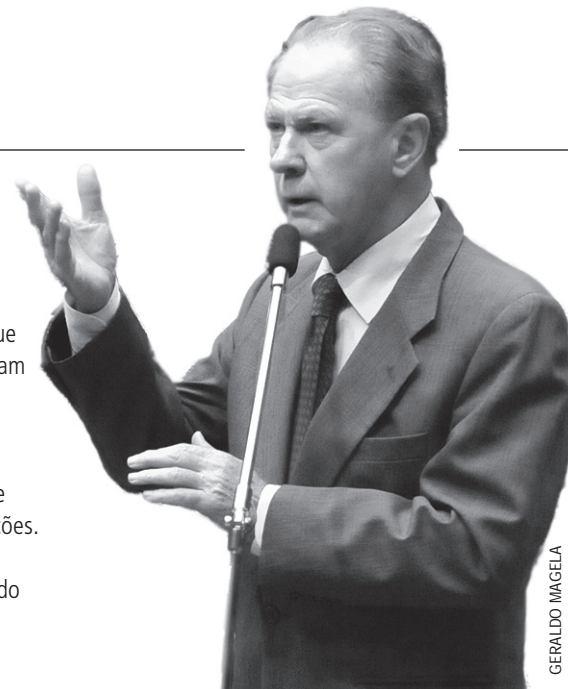
Primeiro, muito obrigado pela pergunta e alegria em responder, pois sou o relator do processo de reforma do Regimento Interno do Senado.

O que se pretende com essa medida é dar maior objetividade, celeridade e resolutividade à ação do Senado Federal. O objetivo é que possamos não permitir que uma lei, um projeto de lei, fique tramitando aqui 20 anos sem que se diga sim ou não, como é o caso, por exemplo, do voto obrigatório, do

serviço militar obrigatório, de casamentos de pessoas do mesmo sexo. Estes são projetos que estão tramitando 20 anos e até agora não foram nem aprovados.

Nosso objetivo também é dar mais força ao regimento no sentido de que haja mais tempo certo para falar, mais tempo certo para votar e levantar dúvida, dando eficiência às nossas ações. Acredito que, até o fim do ano, teremos esse regimento interno concluído, para que o Senado possa funcionar com mais objetividade.

Com informações da Rádio Senado



GERALDO MAGELA

Brasil padroniza tomadas e plugues

A partir de janeiro de 2010, tomadas e plugues (que conectam os equipamentos à rede elétrica) utilizados no Brasil serão padronizados em apenas dois modelos. Todos os equipamentos eletrônicos vendidos no país deverão trazer os plugues com os novos formatos. As casas e apartamentos entregues pelas incorporadoras obrigatoriamente também devem ter as novas tomadas.

Modelos com dois e três pinos

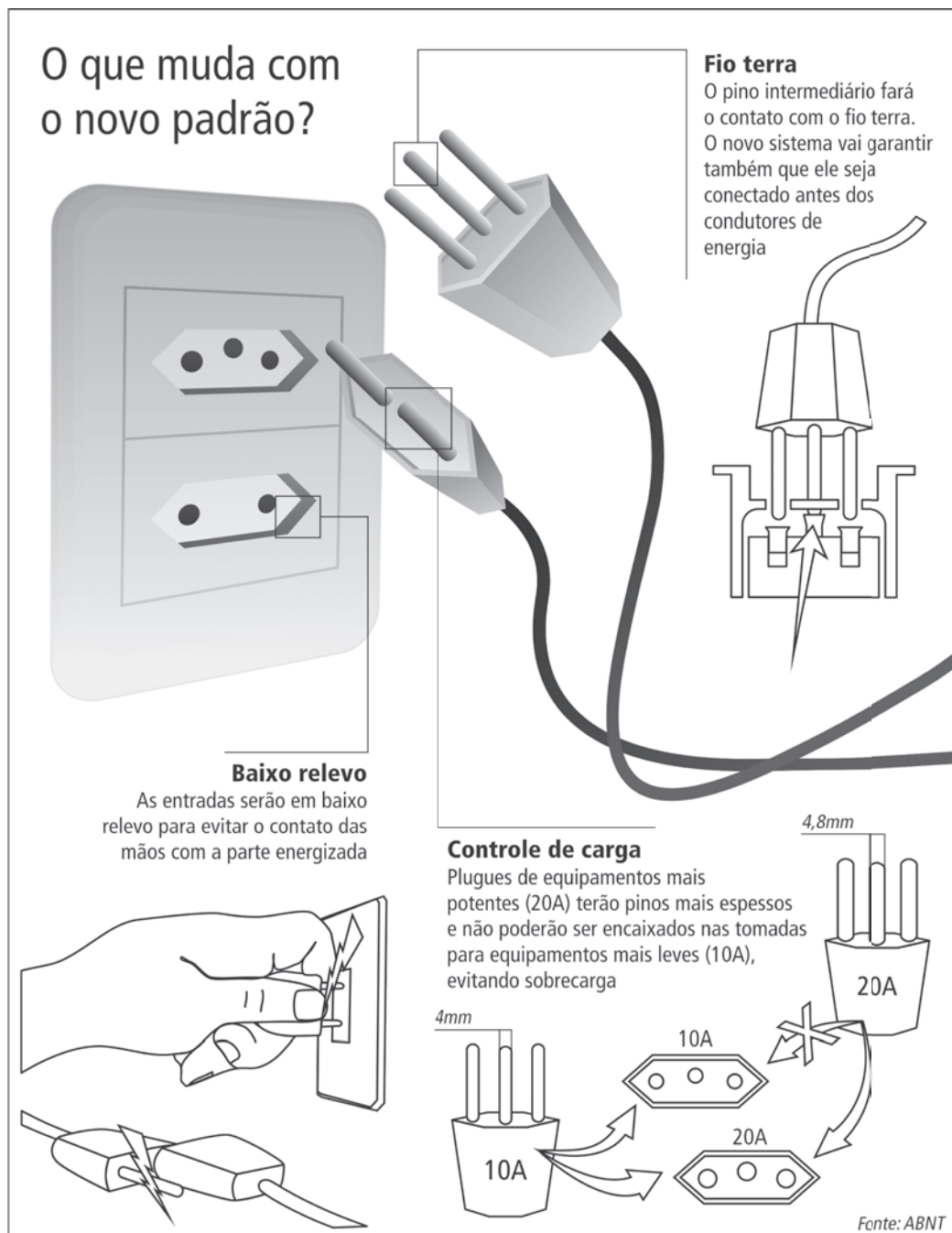
Os mais de dez modelos de plugues e tomadas existentes hoje no Brasil darão lugar aos dois tipos definidos na norma NBR 14.136, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), publicada em 2002 e baseada em padrões internacionais de segurança. O padrão brasileiro prevê que esses dispositivos devem estar disponíveis para correntes de 10A (ampères) ou 20A, com dois ou três pinos redondos. Cada uma das versões apresenta configuração diferente no diâmetro dos pinos (de 4mm e 4,8mm), impedindo a sobrecarga de energia.

Dessa maneira, um aparelho eletrônico com corrente de 20A não pode ser conectado a uma

tomada de 10A, pois seu plugue é compatível apenas com tomadas de 20A. Já um aparelho com corrente de até 10A pode ser conectado tanto na tomada de 10A quanto na de 20A, pois não existe risco de sobrecarga nesse circuito.

A norma determina também que as tomadas devem ter as três entradas em uma cavidade de seis lados, para impedir o contato manual acidental com os pinos do plugue quando esses estão energizados e evitar choques elétricos.

Os novos modelos não acompanham padrões internacionais. Hoje não existe uma padronização mundial, mas cerca de 110 tipos diferentes.



Inmetro calcula que 80% dos aparelhos atuais são compatíveis

De acordo com o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, responsável pela regulamentação de plugues e tomadas conforme as normas da ABNT, esse padrão foi desenvolvido considerando a conectividade com os plugues hoje existentes, de modo que é compatível com 80% dos aparelhos elétricos atuais. O instituto esclarece que países como Argentina, Estados Unidos, Canadá, México, França, Japão, entre outros, também têm seu próprio padrão.

O Inmetro destaca os seguintes fatores negativos acerca da maioria dos dispositivos que ainda existem no país:

- ⚡ risco de choque elétrico;
- ⚡ sobrecarga na instalação (conexão de aparelhos projetados para tensões e correntes diferentes da tomada);
- ⚡ desperdício de energia pela dissipação de calor (uso de adaptadores inadequados para conectar muitos equipamentos em uma única tomada).

Recomendação é substituir a tomada ou usar adaptadores

A mudança nos plugues e tomadas não requer a troca de todas as tomadas das residências. De acordo com o Inmetro, a maioria dos plugues de dois pinos comercializados em aparelhos eletrônicos fabricados no país nos últimos anos já está adequada ao novo padrão.

Aparelhos como geladeira, máquina de lavar roupa e micro-ondas, que exigem o condutor terra e serão comercializados a partir de janeiro de 2010 somente com o plugue de três pinos, representam os 20% daqueles que não são conectáveis às tomadas atuais. A saída será a utilização de adaptadores, que obedecerão a regulamento do Inmetro de certificação compulsória. No entanto, o instituto ressalta que o ideal é trocar a tomada.

A conexão ao fio terra hoje existente em vários eletrodomésticos tem a mesma função do terceiro pino dos plugues e tomadas do padrão brasileiro. Desde 2006, a Lei 11.337 determina que todas as novas edificações precisam ter o aterramento da rede elétrica, além de exigir condutor terra nos aparelhos com carcaça metálica e naqueles sensíveis a variações bruscas de tensão.

Órgão de defesa do consumidor critica mudança

A justificativa de padronizar tomadas e plugues por motivo de segurança não é totalmente aceita pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, a Pro Teste, cuja avaliação é de que parte da segurança que o novo padrão proporciona somente será efetiva se o consumidor alterar a instalação elétrica de sua residência e fizer o aterramento.

A Pro Teste, que participou do processo de discussão do novo padrão junto com o Inmetro e outras entidades do setor de eletrodomésticos, ressalta que boa parte das construções brasileiras não dispõe de um sistema de aterramento. O risco, aponta a Pro Teste, está na instalação das novas tomadas sem o devido aterramento e no uso indiscri-

minado de adaptadores.

Mas, diz o senador Delcídio Amaral (PT-MS), usar adaptadores é algo corriqueiro para quem viaja ao exterior e precisa usar seus equipamentos. O fato, segundo ele, não costuma causar problemas e o mesmo pode ocorrer com os consumidores que, a partir de 2010, vão comprar eletrodomésticos com os novos plugues.

– Desde que sejam usados adaptadores certificados pelo Inmetro, não há problema e tudo deve funcionar bem – observa.

O senador, que é engenheiro eletricista, adverte ainda que os equipamentos que atualmente trazem o fio de aterramento separado oferecem riscos.

Cronograma

Adoção do novo padrão de plugues e tomadas (Resolução 11/06, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Conmetro):

⚡ 1º de janeiro de 2009

Os fabricantes e importadores somente podem vender plugues e tomadas do novo padrão.

⚡ 1º de janeiro de 2010

Não será mais permitida a comercialização dos aparelhos elétricos e eletrônicos com plugues de configuração diferente da do plugue padrão.

⚡ 1º de janeiro de 2010

As construtoras e incorporadoras não poderão mais comprar os modelos antigos.

Saiba mais

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

Rua Minas Gerais, 190 – Higienópolis
São Paulo (SP) – CEP 01244-010
(11) 3017-3600
atendimento.sp@abnt.org.br

www.abnt.org.br

Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Pro Teste)

Avenida Lúcio Costa, 6420, térreo – Barra da Tijuca
Rio de Janeiro (RJ) – CEP 22630-013
www.proteste.org.br

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)

Rua Dr. Costa Júnior, 356 – Água Branca
São Paulo (SP) – CEP 05002-000
www.idec.org.br

Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro)

Rua Santa Alexandrina, 416 – Rio Comprido
Rio de Janeiro (RJ) – CEP 20261-232
(21) 2563-2800
www.inmetro.gov.br